

Ecologia social do risco psicológico em meio urbano

LUÍS SOCZKA*

*A cidade é um chão de palavras pisadas
A palavra criança a palavra segredo
A cidade é um céu de palavras paradas
A palavra distância e a palavra medo
A cidade é um saco um pulmão que respira
Pela palavra água pela palavra brisa
A cidade é um poro um corpo que transpira
Pela palavra sangue pela palavra ira
A cidade tem praças de palavras abertas
Como estátuas mandadas apear
A cidade tem ruas de palavras desertas
Como jardins mandados arrancar
A palavra sarcasmo é uma rosa rubra
A palavra silêncio é uma rosa chá
Não há céu de palavras que a cidade não cubra
Não há rua sem sons que a palavra não corra
À procura da sombra de uma luz que não há.*

JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS, 1970
(música de José Afonso no disco *Contos velhos, rumos novos*)

É geralmente aceite que o ambiente possa ter influências directas nos comportamentos, sem mediações psicológicas (cognitivo-emocionais) relevantes de permeio; mas o facto é que, até agora, a maioria das construções teóricas apresentadas em Psicologia Social quando incluem os parâmetros físicos nos seus modelos do comportamento, incluem-nos como factores *indirectos*, isto é: como factores intervenientes na moldagem de relações interpessoais, intragrupais

e intergrupais que medeiam cognitivo-emocionalmente os *outputs* comportamentais.

Não é este um problema simples de resolver. Permanece em aberto a questão das influências directas dos factores especificamente ambientais sobre os comportamentos ou simplesmente como variáveis influenciadoras das variáveis microssociais e macrossociais que, por via das mediações cognitivo-emocionais, modelam os comportamentos.

Arriscamo-nos a defrontar, neste ponto, uma questão de precedência do ovo sobre a galinha ou vice-versa. Do ponto de vista psicológico, aparentemente tudo o que é essencial para o comportamento humano passa por mediações cognitivo-emocionais, por sua vez dependentes das estruturas epigeneticamente moldadas. E, no entanto, sabemos que a estimulação luminosa intermitente derivada das sinalizações laterais ou centrais numa auto-estrada pode desencadear, sem que as mediações psíquicas intervenham, uma crise epiléptica num condutor nocturno. Sabemos que, sem que se possam postular intermediações cognitivas e emocionais, condições ambientais deficitárias podem constituir factores de risco fisiológico, com ulteriores consequências comportamentais, sobretudo se essas experiências se verificarem em períodos sensíveis do desenvolvimento dos organismos (Wells, 1972; Rosenzweig et al., 1970; Meyers, 1971; Monosevitz, 1970; cf. Sousa, 1985). Mas, mesmo no organismo adulto, são conhecidos os efeitos fisiológicos de actividades tão banais como conduzir um automóvel no meio do trânsito urbano: Bellet et al. (1969) demonstraram que se verifica

* Psicólogo. Investigador na Equipa de Ecologia Social do LNEC; Professor no Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade do Porto.

nessa situação uma duplicação da produção de noradrenalina em resposta ao stress, com o consequente aumento de ácidos gordos livres em circulação mediante lipólise dos triglicéridos nos tecidos adiposos — sendo o aumento do pré-B triglicérido um dos precursores comuns da disfunção coronária. Como o sublinha Carruthers (1976), «nas condições de stress da moderna vida urbana, uma grande parte da população mantém altos níveis de catecolaminas, especialmente noradrenalina, durante uma grande parte do dia». A cadeia sobreprodução noradrenálica → hipertensão → ácidos gordos → triglicéridos → ateroma coronário parece estabelecida, do ponto de vista clínico, restando acrescentar que a resposta adrenalínica ao stress, despoletada pelo sistema agonístico, faz parte da adaptação normal dos organismos à agressão ambiental ou intra/interespecífica. O simples facto da existência urbana nas condições que hoje conhecemos seria então, por si, um factor de risco psíquico e fisiológico. E, no entanto, permanece em aberto a questão das adaptações possíveis ao stress urbano, nomeadamente através das mediações cognitivas e emocionais que podem favorecer ou agravar as respostas fisiológicas e comportamentais às vicissitudes da vida citadina (factores de personalidade, atitudes perante o ambiente, etc.), assim como mediações fisiológicas que retroactúan com as características pessoais (tabagismo, exercício físico regular ou ausência dele, etc.).

Carruthers (1976) vai ao ponto de sugerir, inclusivamente, que existem provas directas da incapacidade do Homem, com o seu primitivo equipamento fisiológico, se adaptar bioquimicamente aos padrões agitados da moderna vida urbana. A prevalência marcada das disfunções coronárias nos meios urbanos ligar-se-ia à alta competitividade e agressividade da vida citadina; a sobreprodução de noradrenalina diminui a fadiga e o mal-estar em situações de stress (Frankenhaeuser, 1971), o que leva Carruthers (op. cit.) a afirmar que estamos perante um caso generalizado de «toxicoddependência auto-administrada». Efeitos similares são provocados pela intoxicação tabágica e pela «viciação» comportamental no risco e na competição (personalidade tipo A). De acordo com esta perspectiva, o urbano torna-se dependente de elevadas secreções de noradrenalina, com os consequentes riscos coronários, para manter os seus níveis funcionais de resposta adaptativa às intensas solicitações da vida urbana.

Outro exemplo de impacto directo das condições físicas urbanas resulta dos elevados teores de monóxido de carbono na atmosfera, resultantes das concentrações industriais e do tráfego intenso. O CO é o principal poluente atmosférico nas áreas urbanas: em Los Angeles, a concentração média de CO é de 34 ppm, atingindo 120 ppm nas horas de ponta; em Paris, 75 ppm; nas áreas residenciais de Detroit é inferior a 10 ppm (Moos, 1976). O monóxido de carbono tem efeitos intoxicantes, através da interferência na distribuição de oxigénio nos tecidos do organismo; a hemoglobina capta o oxigénio no sangue e transporta-o para os tecidos sob a forma de oxihemoglobina, mas revela maior afinidade para com o CO, e recolhe-o preferencialmente ao oxigénio, dando origem a uma toxina, a carboxihemoglobina (COHb), o que tem por efeito não só a depleção de oxigénio nos tecidos mas ainda a sua intoxicação. Horvath et al. (1971) demonstraram que saturações sanguíneas de COHb superiores a 2% produzem alterações significativas das capacidades de atenção e vigilância, combinando diversos teores de CO (0, 26 e 111 ppm) com o tempo de exposição dos sujeitos. Duas horas de exposição a ambientes de 111 ppm produzem deficiências drásticas da vigilância. Beard e Grandstaff (1970) demonstraram que a exposição a 250 ppm leva não só à duplicação dos erros numa tarefa de discriminação de sinais como a um aumento significativo do tempo de aprendizagem da tarefa. Ramsey (1970) demonstrou que a exposição a 38 ppm CO durante 90 minutos *in vivo* em condutores de automóveis lhes diminuía os tempos de reacção. Os resultados, quer laboratoriais, quer de campo, levam a suspeitar que a exposição a altas concentrações atmosféricas de CO, frequentes nas grandes cidades, aumentam o risco de acidentes de viação, além dos efeitos secundários provocados pela intoxicação com monóxido de carbono (cefaleias, irritabilidade, mialgias, fadiga, etc.).

Se bem que hábitos tabágicos aumentem as concentrações sanguíneas de COHb, um estudo de larga escala (29.000 sujeitos) realizado em Denver e Los Angeles revelou que 75% dos não fumadores revelaram saturações superiores a 1,5% de COHb em circulação, o que se aproxima do limiar de alteração das respostas psicológicas e psicomotoras acima referidas (Moos, 1976).

O meio urbano é particularmente fértil na geração de estimulações e experiências extremamente diversificadas, constituindo um desafio crucial às

capacidades adaptativas da espécie humana. Evolutivamente, as raízes do comportamento social homínido prolongam-se por milhões de anos, entroncando na linha comum dos antropóides e apresentando com ela divergências que datam de cinco ou seis milhões de anos atrás. Sem dúvida, os caminhos evolutivos para a ultrassocialidade foram traçados pelos processos selectivos nessa aventura da hominização, e com todos os primatas partilhamos as modalidades de existência grupal com auto-regulações comportamentais que dependem em grande medida das conquistas de capacidades de processamento de informação permitidas pela hipertrofia cortical. Se, todavia, considerarmos o fenómeno urbano, não encontramos paralelo para essa ultrassocialidade senão nas sociedades de insectos, filogeneticamente tão longínquas do nosso próprio tronco evolutivo que o estabelecimento de correspondências que ultrapassem o mero campo analógico constitui um desafio à imaginação humana (cf. Campbell, 1983).

Historicamente, as cidades são um fenómeno muito recente, da ordem dos 5500 a 6000 anos, e dessas primeiras cidades mesopotâmicas e nilóticas, albergando entre 10.000 a 30.000 indivíduos, é gigantesco o salto para as macro-urbes actuais, como as hipertrofiadas cidades brasileiras, americanas ou japonesas, com dezenas de milhões de indivíduos. Não pode, portanto, deixar de constituir motivo de interrogação para a Psicologia e para a Sociologia o desafio aos limites de adaptabilidade do homem que tão bruscas mudanças implicam. Interrogação central colocada por Joachim Wohlwill (1974), que cita a propósito o biólogo René Dubos: *«Milhões e milhões de seres humanos estão tão bem ajustados ao meio urbano e industrial que já não se importam com os cheiros dos gases dos escapes dos automóveis, ou com a fealdade gerada pelas irregularidades das formas urbanas; acham normal cair nas armadilhas dos engarrafamentos de tráfego, passar grande parte dos domingos com sol em auto-estradas de betão entre a bestialidade dos anónimos e amorfos roncos dos motores dos carros. A vida na moderna cidade tornou-se um símbolo do facto de que o homem se pode adaptar a céus sem estrelas, a avenidas sem árvores, a edifícios disformes, a pão sem sabor, a festas sem alegria, a prazeres sem espírito — a uma vida sem referência ao passado, amor pelo presente e esperança no futuro»* (Dubos, 1968). Mais de metade do caminho evolutivo de *Homo sapiens* foi percorrido em pequenos grupos primáticos dedica-

dos à caça e à pesca, e mesmo a passagem à agricultura não implicou transição social para o anonimato urbano acarretado pela coexistência de milhares (actualmente milhões) de indivíduos concentrados em áreas relativamente pequenas. Ainda em períodos extremamente recentes da evolução cultural humana, ridiculamente recentes mesmo se nos colocarmos numa óptica de evolução biológica, a experiência urbana era característica de uma reduzida minoria de pessoas, da ordem dos 2% da população mundial em meados do séc. XIX (Davis, 1972). Calcula-se que hoje em dia um quarto da humanidade viva em grandes concentrações urbanas (Fisher, 1978) e a tendência é para o aumento rápido da urbanização da população, à escala mundial. Nos Estados Unidos, no início da Revolução Industrial (1800) 6% da população vivia em cidades; em 1850, 15%; em 1900, 40%; actualmente, 70% (Levi e Anderson, 1975).

Em Portugal, país marcadamente rural, arreigado a modos de produção arcaicos, de economia débil e sociologicamente eivado de traços culturais pré-industriais, o crescimento urbano é sobretudo um fenómeno do séc. XX e profundamente ligado à macrocefalia lisboeta. No séc. XVI, a população urbana devia, segundo Godinho, rondar os 8% da população total; em meados do séc. XIX, viviam 11% da população em aglomerados com mais de 4000 habitantes, sendo 5,5% em Lisboa (Girão, 1958; Godinho, 1971). Em relação a 1960, Magalhães Godinho apresenta o valor de 18,3% para a população urbanizada, concentrada em Lisboa (13,3%) e Porto (5%), contando com os respectivos arrabaldes. Para a mesma data, Oliveira Marques (1976) apresenta um número um pouco superior, diferença certamente derivada da metodologia no cálculo da urbanização: 22,8%. Para 1970, Jorge Gaspar (1979) estima em 26,3% a população total do Continente e Ilhas residindo em centros urbanos e respectivas periferias. De acordo com o XII Recenseamento Geral da População de 1981, a população residente em centros com 10.000 ou mais habitantes corresponde a 29,7% da população total do país (para uma análise da questão da urbanização em Portugal, cf. Godinho, 1971; Vieira, 1978).

A cidade é um mosaico cultural, com a sua justaposição de estratos sociais e de funções diferenciadas, conotadas com específicas formas de viver o quotidiano, nos matizes das suas crenças, ideologias, valores, costumes e representações sociais. Na cidade estamos longe da relativa homogeneidade cultural e

funcional que são apanágio das comunidades rurais, onde a mobilidade social é muito menor e as estratificações tradicionais mais acentuadas. Não existe consenso cultural na cidade. Ela é, de algum modo, um zoo humano, uma exposição amostral das diferenciações subculturais de *Homo sapiens*. É, também por isso, um espaço de conflitos e de geração de desequilíbrios através do stress quotidiano. Pela cidade, o homem paga um alto preço em troca dos benefícios que a organização urbana lhe proporciona, um dos quais é, justamente, a dinâmica interpenetração de modelos subculturais que acelera o próprio devir histórico da espécie humana e lhe rasga os horizontes para além de limites impossíveis na relativa estagnação das sociedades tradicionais. A própria massificação urbana é produtora de dinâmicas subculturais: numa sociedade fechada, suponhamos uma aldeia tradicional com 200 habitantes, um indivíduo que, contrariamente aos restantes aldeões, prefira ouvir Bach à noite a jogar matrecos na taberna, é um marginal desse ponto de vista, sem esperanças de comunicação directa com alguém que partilhe consigo a mesma aberração. Numa urbe com 2 ou 3 milhões de habitantes, a probabilidade de esse mesmo indivíduo se relacionar com mais algumas centenas de amantes nocturnos de fugas de Bach é considerável. Um clube de amantes de Bach é possível. Uma subcultura bachiana tem possibilidades de florescer na cidade, precisamente devido ao efeito de massa produzido pela concentração urbana.

E, no entanto, toda uma linha fecunda da psicossociologia urbana deriva da visão da cidade não como reguladora e geradora de subculturas activas mas como produtora de desregulações, insistindo precisamente no reverso da moeda. A visão pessimista dos efeitos urbanos sobre os homens remonta pelo menos às análises oitocentistas subsequentes ao movimento populacional maciço dos campos para as cidades, em consequência da Revolução Industrial. Entre nós, *A Cidade e as Serras* de Eça de Queirós é dessa crítica exemplo paradigmático, a que a genialidade do autor emprestou uma força ainda hoje sensível, e mais do que nunca presente na estrutura das atitudes políticas dos ecologistas actuais (Soczka, 1983). Crítica de estrangeirado, acrescente-se, dado que o Portugal oitocentista é ainda pré-urbano e não é impunemente que a acção de *A Cidade e as Serras* não decorre em Portugal senão na sua vertente de elogio das lusas «serras», e que a crítica aos impactos do fenómeno urbano obriga o escritor a situar o 202 em Paris,

metrópole em florescente crescimento e capital cultural da Europa de então. A Lisboa de *A Capital* é o retrato de uma urbe provinciana, mesquinha e decadente, marcada ainda pela estrutura de antigo regime característica da sociedade portuguesa. De Lisboa dizia Eça: «*A cidade por baixo está podre: ali habitam na sentina as epidemias, os tifos, a cólera, a anemia, a deterioração da raça: através da delgada película das calçadas, Lisboa sua a morte. Nós vivemos sobre um furúnculo: onde quer que se pique, isto é, que se escave, sai uma vaporização torpe, que perturba. (...) Os bairros pobres são por si uma acusação cruel. As vielas negras e sujas; os casebres imundos e caducos; os destroços de vitualhas e de farrapagens; a vadiagem dos cais; a exalação das sarjetas; a humidade infecta, tudo faz daqueles lugares — uma espécie de depósito da miséria pública. Como para o vão da escada se atiram nas casas os restos de trapos, de louças, de chinelos velhos — para aqueles bairros se atira desapiadadamente com os restos da plebe!» (As Farpas de Dezembro de 1871; in *Uma Campanha Alegre*, vol. 1).*

Ao psicólogo interessa, sobretudo, separar tanto quanto possível a vertente ideológica da vertente objectiva da questão. Na amálgama de posturas atitudinais pró e anti-urbanas, que fundamentos científicos existirão? É evidente que as próprias posturas ideológicas e atitudinais interessam à Psicologia, na sua dimensão de representações sociais diferenciadas do espaço urbano, e é esse precisamente um dos capítulos fundamentais da Psicologia Social contemporânea (Vala, 1986), mas não é por agora esse o problema aqui em debate. Restrinjam-nos neste momento à questão fundamental da escola de Chicago e dos seus antecessores: existirão impactos negativos directos da própria experiência de viver em cidade?

A linha dita wirthiana ou determinística (Fisher, 1976) afirma-o claramente, radicando na tradição de um dos mais proeminentes fundadores da Sociologia, Georg Simmel. Neo-kantiano confrontado com as duas grandes correntes teóricas da Sociologia oitocentista, a atomista (oriunda do séc. XVII) e a organista (post-hegeliana, configurada nas obras de Stuart Mill e Tönnies), Simmel procede à tentativa de síntese entre os modelos teóricos antagónicos, assente nos conceitos de relação e de função: a sociedade era, para Simmel, não um somatório de indivíduos, também não uma globalidade indecomponível, mas sim um sistema de relações e interac-

ções recíprocas. Este conceito do funcionamento social como rede de interações seria sustentado vigorosamente por um discípulo de Simmel em Berlim, Robert E. Park, que conjuntamente com Ernest Burgess fundou a chamada escola de Chicago, em cuja Universidade ambos ensinaram e investigaram a partir de 1914, fazendo transpor a Sociologia do plano da conceptualização das estruturas globais da sociedade para o estudo dos grupos sociais concretos na sua realidade quotidiana: e essa realidade era, por excelência, a cidade. Com eles, a influência de Georg Simmel, que em 1905 afirmara: «A base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na intensificação da estimulação nervosa que resulta do fluxo e constante mudança de estímulos internos e externos». A cidade, com a sua complexa massa de estimulações sensoriais ininterruptas e em permanente variação é geradora de tensão psíquica a que o cidadão tem de se adaptar cognitivamente, defendendo-se pela habituação e insensibilização, o que provoca distanciamento emocional e conduz, em última análise, ao que o etnopsiquiatra Laplantine (1973) designou pela «esquizofrenização» das sociedades contemporâneas, mergulhadas num «estupor catatónico» contrastante com a vivacidade afectiva das comunidades não desculturadas e não massificadas. Em suma, a teoria da sobrecarga (*overload*), nos seus matizes, mas apontando para as mesmas desastrosas consequências.

O argumento sociológico de Simmel e a leitura etnopsicanalítica de Laplantine, distanciados no tempo por 70 anos, foram defendidos nesse intervalo por toda uma corrente de investigadores. Louis Wirth foi um dos principais colaboradores de Park e Burgess na fundação da escola de Chicago, e com ambos escreveu *The City* em 1925, uma obra pioneira da sociologia dos espaços urbanos, e é significativo que o seu nome tenha surgido associado ao de Karl Mannheim, como tradutor das suas obras, nomeadamente *Ideologie und Utopie*. Na linha de Simmel, Wirth encara a cidade como produtora de clivagens nas relações interpessoais, por necessidade adaptativa dos urbanitas às hiperestimulações sensoriais. O homem urbano de Wirth é uma vítima da sobredensificação populacional, refugiando-se numa insulação cognitivo-emocional protectora. As vinculações afectivas são destruídas e a solidão é a marca da vida urbana. Perdem-se os laços comunitários, vivos no meio rural, e os processos acelerados de competição económica e divisão do trabalho conduzem à dis-

persão e ao enfraquecimento das coesões grupais e dos valores, à anomia; a formalização das relações sociais («integração formal», na expressão de Wirth) é a alternativa ao estabelecimento de redes socio-afectivas lacunares no meio urbano (Wirth, 1928; 1938). No início da década de 70, o psicólogo social Stanley Milgram publicava na revista *Science* um artigo que se tornaria um clássico nesta matéria: «*The experience of living in cities — a psychological analysis*» (Milgram, 1970), retomando a perspectiva de Simmel e Wirth, mas integrando-a num modelo contemporâneo baseado na teoria da informação e pretendendo apresentar ampla confirmação empírica e experimental em defesa da teoria da sobrecarga. De acordo com estudos da Regional Plan Association do concelho de Nassau, um subúrbio de Nova Iorque, um indivíduo cruza-se com 11.000 outros indivíduos se andar 10 minutos a pé; 20.000 em Newark; 220.000 no centro de Manhattan. Milgram sustenta que, na incapacidade evidente de processar toda a massa de informação que lhe advém desta densidade brutal de estimulações sociais, ao cidadão só resta seleccionar cuidadosamente os estímulos significantes, filtrando o mais possível a informação recebida e ignorando cognitivamente através da «apatia» (Latané et al., 1969) o que acontece em seu redor, sob pena de colapso do sistema psíquico por sobrecarga. Central nesta conceptualização, a noção de interacção como base de todo o funcionamento social. Na linha de Simmel, Park, Burgess e Wirth, Milgram descreve a cidade como um espaço interaccional, mas onde o urbanita se defende seleccionando adaptativamente as suas próprias interacções, encerrando-se na apatia emocional e cognitiva, por um lado, e na economia interactiva, por outro. Como resposta ao anonimato urbano, a cidade terá de proporcionar uma rede de relações sociais directas à escala humana, suportes comunicacionais indispensáveis a uma espécie talhada filogeneticamente para a interacção significativa com os seus congéneres, mas incapaz de processar a hiperestimulação resultante das condições ultrasociais dos espaços urbanos. Imersos numa massa anónima de estranhos, carregados de conotações subculturais que os tornam até certo ponto alienígenas, se empregarmos o conceito de *subespeciação cultural* de Erikson (1971), os homens urbanos continuam a necessitar, primaticamente, da sua teia social de suporte, feita de relações directas com um número limitado de amigos, vizinhos, colegas —

filtrados como significantes entre milhões de coexistentes no mesmo espaço.

Curiosamente, seriam outros expoentes da escola de Chicago (Gans, 1958, 1962; Oscar Lewis, 1952, 1972) a contrapor os primeiros argumentos em desfavor da leitura pessimista de Wirth, fazendo notar que à massificação anónima e anómica, com os seus riscos de apatia defensiva contra a sobrecarga, a cidade contrapunha ela própria os seus sistemas de adaptação, através da organização social em agrupamentos relacionais directos, constituindo-se como um mosaico de mundos sociais, relativamente imunes aos efeitos do gigantismo urbano.

A posição de síntese seria proposta na teoria subcultural de Fisher (1975), que concilia ambas as posições, admitindo que nem os efeitos de massificação conduzem drasticamente a uma existência individualizada e anónima no seio da cidade, nem os submundos sociais defendidos como contrapartida são imunes aos efeitos de densidade, concentração e despersonalização social das grandes urbes. Esses efeitos são reais, e a resposta não é atomística (os pequenos núcleos relacionais de cada qual) mas subcultural, isto é: formações sociais que se constituem em comunidades de permeabilidade variável, mas «partilhando traços distintivos (tais como etnicidade ou ocupação), que tendem a interagir especialmente entre si e que manifestam um conjunto relativamente distinto de crenças e comportamentos (...), hábitos, interesses e atitudes» (Fisher, 1976). Neste sentido, o modelo de Fisher é coincidente com as posições compositionalistas de Oscar Lewis e outros sucessores da escola de Chicago, mas delas diverge na medida em que, à semelhança das posições deterministas, admite os efeitos de massa crítica derivada da sobrepopulação e da densidade urbanas. Park, o fundador da escola de Chicago, definira o processo urbano como um dinâmico «mosaico de pequenos mundos que se tocam mas não se interpenetram». Na perspectiva de Fisher, como na de Oscar Lewis (1952), o fenómeno urbano não é necessariamente produtor de colapsos psicológicos, anomia ou desordens mentais, na medida em que os urbanitas, à semelhança dos rurais, também se organizam subculturalmente, em «mundos sociais» estruturados e com valores próprios, internamente vivos e interactuantes, mas sobre os quais não deixam de se repercutir os fenómenos de larga escala inerente ao próprio crescimento urbano: experiências plurais no mesmo navio, sujeitas todas elas às mesmas tempestades, se assim

se pode dizer. Embora seja certo que quando o *Titanic* se afundou os passageiros de luxo e 1.ª classe sobreviveram mais do que os outros, acrescente-se para respeitarmos a nossa própria analogia.

Um dos efeitos da urbanização mais evidenciados pelos primeiros sociólogos urbanos foi justamente o da sobredensidade populacional — e não é impunemente que 30% dos trabalhos publicados numa das principais revistas de Psicologia Ambiental, *Environment & Behavior*, respeitam justamente à psicossociologia da espacialidade e ao fenómeno de apinhamento populacional (Soczka, 1980), tendo sido dedicados mais de 200 estudos e monografias a este problema, só na década de 70 (Epstein, 1982).

Chandler e Fox (1974) calculam que, ao longo de 3000 anos de desenvolvimento histórico dos espaços urbanos, a densidade populacional tenha oscilado entre 100 a 200 indivíduos por hectare. Em 430 a.C., Babilónia conteria 300/ha; em 100 a.C., Roma 500/ha; em meados do séc. XVIII Edimburgo teria 600/ha. Nos dias de hoje, segundo estatísticas das Nações Unidas para 1976, a maioria das cidades europeias apresenta uma média de 150/ha, sendo este valor duplicado nalgumas cidades do Terceiro Mundo (Hong-Kong 347/ha; Calcutá 303/ha). Os grandes centros urbanos apresentam valores muito inferiores: Harrison (1977) calcula que as principais cidades australianas contenham 20/ha, e Pickard (1967) estima que a média para as cidades americanas seja de 15/ha, constatando-se um forte declínio da concentração populacional urbana nos países desenvolvidos nos últimos 80 anos, em parte devido ao alargamento da convicção, entre os projectistas urbanos e autoridades municipais, de que as grandes concentrações populacionais são patogénicas, o que os leva a apoiar a construção de espaços periurbanos de fraca densidade (Newman e Hogan, 1981). Esta diminuição é inversa do que continua a acontecer no Terceiro Mundo, onde o apinhamento urbano continua em aumento acelerado, verificando-se que nalgumas cidades como Nairobi, onde existe um crescimento urbano da ordem dos 7%/ano, existem densidades tão elevadas como três a seis pessoas por quarto (Levi e Andersson, 1975). Os cálculos para grandes áreas são, por outro lado, enganadores. Numa mesma cidade existem enormes variações internas, de bairro para bairro, que não são reconhecíveis quando se lida com meras médias para o conjunto urbano. A cidade de Lisboa, por exemplo, apresenta um valor de 92,4/ha para 1981, mas a freguesia do

Lumiar apresenta um valor quase duas vezes inferior: 49,4/ha, enquanto que as Musgueiras, situadas na própria freguesia do Lumiar, apresentam valores muitíssimo mais elevados do que a média da sua freguesia ou da cidade de Lisboa: Musgueira Norte, 264,9/ha e Musgueira Sul, 504,4/ha (Soczka et al., 1985).

O estudo dos efeitos sociológicos e psicológicos da sobrepopulação distribui-se por três tradições historicamente independentes: a sociológica, a etológica e a psicológica. A sociológica, em muito radicada nos trabalhos da escola de Chicago, iniciados nos anos 20, procura ligar como variável independente o macrofenómeno sociodemográfico que é a densidade populacional às variáveis dependentes de ordem microssociológica ou mesmo aos comportamentos individuais. *Grosso modo*, e na perspectiva wirthiana, procurava-se determinar os efeitos patogénicos das grandes densidades populacionais. Já se fez acima referência às implicações directas da sobrepopulação na teoria da sobrecarga, tal como foi desenvolvida na linha de Simmel, Wirth e Milgram. Os efeitos psicológicos da densidade populacional como variável isolada são, todavia, difíceis de avaliar. É certo que os bairros com altas densidades populacionais quase sempre apresentam maiores índices de criminalidade, violência e desviância social (Davidson, 1981), mas a concentração populacional encontra-se aí associada a uma multiplicidade de outros factores deficitários de natureza económica, cultural, social e ambiental que constituem um conglomerado complexo de variáveis que, em acúmulo, multideterminam as desregulações sociais imputadas, nalgumas análises um tanto ou quanto «malthusianas», à sobre-densidade populacional (Soczka, 1984a). E, no entanto, em domínios muito diferentes dos da Sociologia Urbana surgem-nos afirmações acerca dos efeitos perniciosos do sobrepovoamento urbano. Konrad Lorenz, por exemplo, no próprio ano em que era premiado com o Nobel de Medicina e Fisiologia, não hesitava em declarar da forma categórica a que habituou os seus leitores: «*O apinhamento de massas humanas nas grandes cidades modernas é em grande parte responsável pelo facto de já não sermos capazes de distinguir o rosto do nosso próximo nessa fantasmagoria de imagens humanas que mudam, se sobrepõem e se esfumam continuamente. Nessa multidão promíscua, o nosso amor pelos outros esvai-se até lhe perdermos o rasto. Quem quiser ainda experimentar pelos seus semelhantes sentimentos calorosos*

os e acolhedores, é obrigado a concentrar-se num reduzido número de amigos. (...) "Not to get emotionally involved", é uma das principais preocupações dos habitantes das grandes cidades (...) A falta de amabilidade generalizada que se pode observar em todas as grandes cidades é claramente proporcional à densidade das massas humanas aglomeradas nesses locais (...)» (Lorenz, 1973). Nada de novo, portanto, em relação às teses da sobrecarga defendidas pela escola de Chicago desde os anos 20; nada de novo, sobretudo, em relação às análises de Milgram (1970), que se refere justamente à ausência de solidariedade urbana pegando no famoso caso de K. Genovese e nas experiências sobre a apatia do transeunte e o comportamento de ajuda que desde Latané e colaboradores (1969) inspiraram dezenas de trabalhos de Psicologia Social experimental (acrescente-se que Lorenz não cita nem Simmel, nem Park, nem Wirth, nem Milgram, nem Latané na bibliografia da sua obra acima referida). Não tendo aparentemente ido beber às fontes nem da Sociologia Urbana, nem da Psicologia Social, nem da Psicologia Ambiental, seria legítimo supor-se que Konrad Lorenz teria ido buscar inspiração para as suas teses tão extraordinariamente coincidentes com as da escola de Chicago, à bica que naturalmente lhe seria mais acessível: a Etologia.

A Etologia proporcionou uma grande massa de informações empíricas sobre os efeitos da densidade populacional no comportamento das mais variadas espécies. A noção de território foi apresentada por Howard (1920), e desde então tornou-se um conceito-chave nas análises etológicas, tendo sido estendido até ao próprio homem, com matizes várias do ponto de vista teórico, desde leituras de cariz puramente psicossociológico (como Altman, 1975), até outras que arraigam declaradamente numa interpretação biológica e filogenética (situando os comportamentos territoriais humanos num plano de homologias e não de analogias), como é o caso do modelo etopsiquiátrico defendido por Vieira (1979, 1983). Evolutivamente, o fenómeno da territorialidade é subsequente à diferenciação sexual e ao desenvolvimento de um sistema agonístico que assegura a apropriação de um espaço defendido funcionalmente em ordem ao acasalamento, procriação e criação, com eventual reserva de recursos e pontos de abrigo. Hediger (1950), um dos pioneiros da Etologia clássica, foi um dos primeiros a sugerir que a territorialidade contribuía para a propagação das espécies enquanto mecanismo regulador da densidade populacional, e

desenvolveu o conceito de distância crítica, como a delimitação de uma área invisível que rodeia o indivíduo mas cuja violação das fronteiras conduz a reacções agonísticas. As aplicações destas conceptualizações ao caso humano e o estudo das variações culturais destes espaços pessoais, foram obra do antropólogo Edward T. Hall (1969), e deram origem a uma disciplina nova designada proxémica, ou estudo dos processos de espaciação comportamental e dos léxicos socioculturais, emocionais, gestuais, expressivos, etc., que suportam esses processos, cujo modelo foi objecto de excelente revisão por Altman e Vinsel (1977).

A Etologia clássica defendeu, e aí se baseou Hall, que existem condicionantes para a dimensão óptima dos grupos, independentemente da abundância ou escassez de recursos. Nas espécies sociais existe um limite que varia de espécie para espécie (e, no Homem, de padrão cultural para padrão cultural) para a proximidade física entre congéneres. A infração dessa distância crítica de Hediger, que delimita invisíveis fronteiras interindividuais, é um possível factor de stress; em condições de sobrepopulação verifica-se uma violação constante dessas fronteiras, uma perda de controlo das situações e da qualidade das interacções, uma incapacidade de regulação e processamento da carga de informações intraespecíficas recebidas. O organismo, incapaz de se adaptar a essa sobrecarga, reage como está programado para reagir perante situações de perigo eventual e desencadeiam-se os mecanismos fisiológicos de resposta ao stress socioecológico.

Mas, ainda do ponto de vista etológico, o fenómeno da territorialidade não pode ser confundido com os efeitos da sobreconcentração populacional, embora esta última tenda a acentuar os comportamentos agonísticos territoriais, em espécies que os apresentam e em condições ecológicas e fisiológicas (receptividade sexual, actividades de protecção parental) que o propiciem. Ao contrário do que tem sido defendido por alguns autores, a territorialidade não é um fenómeno universal nas espécies animais, e dentro da mesma espécie os comportamentos agonístico-territoriais podem emergir ou não, consoante as condições ecológicas (abundância ou escassez de recursos alimentares e pontos de abrigo, pressão predatória intensa ou parca, etc.). Por outro lado, as extrapolações interespecíficas devem sempre ser alvo de particulares cuidados e basearem-se na rigorosa distinção entre as analogias, as convergências e as verdadeiras

homologias filogenéticas. A não observação destas regras de inferência têm variadas vezes conduzido à generalização abusiva de dados colhidos com uma espécie em circunstâncias particulares para outras espécies ou até para a mesma espécie, independentemente das circunstâncias (Soczka, 1980). No que toca os efeitos da sobredensidade populacional, entre os estudos mais citados contam-se os de Calhoun (1962, 1963), que manipulou essa variável com ratos, em condições laboratoriais engenhosas. Quer os trabalhos de Calhoun, quer outros que se lhe seguiram, demonstraram que a concentração excessiva de indivíduos numa mesma área tinha por efeitos um aumento exponencial da mortalidade infantil, que atingia valores de 80 a 96%, em grande parte derivada da drástica diminuição dos cuidados parentais, o aumento substancial das agressões entre os machos, e a diminuição das actividades exploratórias e de vigilância. Estas condições de stress socialmente induzido apresentavam igualmente implicações fisiológicas: a sobreprodução adrenalínica e consequente hipertrofia das supra-renais, em parte responsável não só pelo aumento da frequência das interacções agonísticas como pelo aumento da taxa de mortalidade na população. Em condições naturais, o aumento da densidade populacional associa-se ainda à diminuição dos recursos disponíveis *per capita*, dando origem à competição intraespecífica por esses recursos ou à emigração de subpopulações, o que estava preservado nas condições experimentais de Calhoun.

Os trabalhos de Christian (1961) e Christian e Davis (1964) permitem a compreensão de muitos dos fenómenos verificados nas condições de alta densidade populacional criadas por Calhoun nas experiências citadas. Também estes autores constataram que, em condições de sobrepopulação, os camundongos (*Mus musculus*) apresentavam um crescimento das supra-renais, uma diminuição hipofisiária e dos androgénios testiculares dos machos. Vários trabalhos posteriores confirmaram estes mesmos resultados (cf. Goeckner et al., 1973). Christian constatou igualmente que, em condições de sobrepopulação, se assistia a uma diminuição da reprodução e inibição da lactação das fêmeas com crias, com hiperplasia da zona fasciculata do cortex adrenal. Nos machos, atrofia testicular e das vesículas seminais. Ainda nas fêmeas, Christian relatou uma involução da zona X do cortex adrenal, a qual é uma zona sustentada por uma hormona luteinizante produzida pela glândula pituitária anterior, que desaparece na puberdade e

durante a gravidez, e é inibível por androgêneos. A involução da zona X nas fêmeas sujeitas a condições de alta densidade populacional sugere que se verifica ou uma sobreprodução de androgêneos redutores ou uma quebra de LH (Evans, 1978). Os trabalhos de Christiane e Davis (1964) demonstraram que no período pré-pubertário, os camundongos segregam elevadas quantidades de 17-hidrocorticoides (particularmente hidrocortisona), em condições de sobrepopulação. Esta produção excessiva de HC é importante no atraso do atingimento da maturidade sexual dos machos, substituindo-se à corticoestereona cuja produção é predominante nos machos adultos. Estes resultados laboratoriais são amplamente confirmados por observações em meios naturais, conforme o demonstram as investigações de Southwick (1958) com 4000 camundongos selvagens (Inglaterra) e outros citados na cuidadosa revisão da literatura efectuada por Sadleir (1969): altas densidades populacionais são factor de atraso maturacional e inibidoras da procriação em roedores e outras espécies de mamíferos, independentemente da abundância de recursos alimentares. René Dubos (1965) chamou a atenção para este fenómeno de quedas bruscas dos efectivos populacionais, até à década de 60 atribuído a causas epidémicas (pasteurélas e salmonelas sendo os microorganismos mais frequentemente associados a essas quebras, assim como virus de vários tipos), mas acrescentava: *«Tornou-se mais óbvio, todavia, que a relação entre as quebras populacionais e as doenças microbianas é muito menos clara do que dantes se pensava. Por um lado, são diversos os elementos patogénicos associados às quebras populacionais, de espécie para espécie. Por outro lado, existem quebras para as quais não existem agentes patogénicos a que se possa atribuir o quadro patológico. Essas observações extraordinárias levaram à teoria de que as doenças microbianas associadas às quebras populacionais são apenas fenómenos secundários, e que a causa primária é uma perturbação metabólica»*. Dubos refere o caso das célebres migrações maciças de lemingues, que se precipitam às centenas de milhar para o mar, na Noruega, atribuindo o fenómeno à hiperactividade do sistema adenopituitário provocada pela sobredensidade populacional, dado que a anatomopatologia revela lesões associadas às suprarrenais e ao cérebro nesses animais, por hiperplasia tecidular. Deewey (1960) encontrou resultados semelhantes em populações de lebres, no Minnesota, que entram aos milhares em

estado comatoso devido a uma quebra brusca dos glicogêneos do fígado, apresentando sinais de hipoglicémia, hemorragias equimóticas no cérebro, congestão e hemorragia das glândulas suprarrenais, da tiróide e dos rins. Quebras bruscas da população, com absoluta inibição da reprodução e da lactação, foram igualmente constatadas em condições de sobrepopulação de *Mus musculus*, por Marsden (1972). Davis (1971) observou que a transferência de água de aquários contendo altas densidades populacionais de girinos de rã, para aquários com um único girino, provocava inibição do desenvolvimento desse animal isolado, devido à concentração feromónica. Experiências de Lloyd e Christian (1969) em *Mus musculus* demonstraram, por análise anatómica post-mortem das fêmeas em três populações em crescimento livre, que, apesar das quebras populacionais observadas, 74,7% já haviam engravidado, tendo ocorrido reabsorção fetal em condições de sobrepopulação. As fêmeas com sucesso reprodutivo eram apenas as que tinham atingido a maturidade antes de se verificar sobredensidade. Lloyd (1975) demonstrou a relação entre a territorialidade e a inibição reprodutiva em duas populações da mesma espécie: na população em que a reorganização territorial dos grupos se verificou, constatou-se apenas um decréscimo dos nascimentos na população onde essa reorganização não foi possível, o autor constatou acréscimo dos comportamentos agonísticos dos machos adultos, e conseqüente mortalidade das crias e juvenis. A sobreprodução de glucocorticoides diminui, por seu turno, a resistência a doenças infecciosas, o que explica a vulnerabilidade a epidemias acarretada pelas altas densidades populacionais. No que toca à componente agonística, também constatada nos trabalhos de Calhoun, a série de experiências levadas a cabo por P. Ropartz nos anos 60 (cf. Ropartz, 1966, 1968), na Universidade de Estrasburgo, permitiu pôr em evidência o papel das regulações olfactivas no comportamento social dos roedores, os quais desenvolvem odores de grupo que lhes permitem identificar correctamente os membros dos seus próprios grupos de pertença e reagir com agonismo territorial à presença de intrusos. Em condições de sobrepopulação, pode admitir-se a hipótese de sobrecarga odorífera que produz incapacidade discriminativa nos machos adultos (recorde-se que nas condições experimentais de Calhoun não existia competição por recursos alimentares), conduzindo a uma autêntica batalha campal entre machos adultos que já não reconhecem os seus

congêneres como sendo do seu próprio grupo: ou seja, o efeito de massa como anulador das regulações homeostáticas do grupo existindo em condições normais de espaciação intergrupos; ou, então, dada a constituição de subgrupos verificada por Calhoun, a proximidade forçada desses subgrupos com odores próprios conduziria inevitavelmente não à agressão indiferenciada, mas, pelo contrário, a batalhas permanentes entre os machos dos diferentes subgrupos.

Os resultados de Calhoun, apesar da sua ampla citação na literatura sociológica e psicológica, em apoio às teses da nocividade da sobrepopulação, parecem apesar de tudo de difícil extrapolação para a espécie humana, com a ligeireza que conviria a alguns. Os mecanismos reguladores dos comportamentos sociais dos roedores não são, evidentemente, os mesmos que controlam os processos sociais humanos, os quais parecem ser pelo menos bastante menos dependentes de regulações feromónicas, com excepção talvez das relações precoces mãe-criança, como o demonstram os trabalhos experimentais de Montagner, ou do contacto sexual íntimo, como o têm sugerido alguns autores (cf. Alex Comfort, 1974).

No nível humano, dificilmente se poderão aplicar os resultados obtidos com outras espécies tão profundamente distantes da nossa. Em *Homo sapiens* as mediações cognitivo-emocionais parecem ser o factor determinante das suas próprias capacidades de adaptação às situações, o que levou a que a tradição da Psicologia Ambiental procedesse à distinção entre o fenómeno de densidade populacional (objectivamente mensurável, como o número de indivíduos por unidade de superfície) e o fenómeno de percepção de apinhamento ou sobreconcentração, para que a literatura psicológica anglo-saxónica reservou a expressão *crowding*, desde que Stokols (1972) defendeu essa distinção conceptual. A alta densidade populacional é talvez uma condição aparentemente necessária, mas não suficiente para a eclosão do sentimento subjectivo de sobreconcentração populacional. Rapoport (1975) devolve esta distinção ao modelo da sobrecarga: o *crowding*, no sentido de Stokols, é consequência da sobrecarga de informação, em que o indivíduo se revela incapaz de processar cognitivamente o excesso de estímulos sociais, sendo essa capacidade dependente das aprendizagens culturais, das atitudes e das idiosincrasias de cada qual. Se é verdade que as altas densidades populacionais podem apresentar inconvenientes do ponto de vista médico (epidemiologia bacteriana, por exemplo), do ponto de vista urbanístico

(planeamento dos espaços habitacionais), ou de engenharia (organização e planeamento dos transportes e tráfego, por exemplo), do ponto de vista psico-sociológico, são por si um indicador falível, que necessita imperativamente de ser cruzado com outros indicadores de natureza socio-cultural para ser integrado num modelo explicativo dos comportamentos humanos. Aos psicólogos interessa, pois, mais do que o fenómeno de densidade populacional em si (que, repetimo-lo, pode ser em si mesmo relevante para os pontos de vista urbanístico, geográfico, económico, etc.), o problema da sua percepção subjectiva e consequentes efeitos comportamentais.

Conviria neste momento frisar que a teoria da sobrecarga, nas suas variantes sociológicas e psicológicas, é ainda, como o sublinhou Altman (1978), o pano de fundo de todas as pesquisas correntes sobre o fenómeno de *crowding*. Mas essa sobrecarga deve ser entendida no sentido de sobrecarga de informação, e não de estimulação. Esta distinção é essencial para se compreender que não é a profusão de estímulos sensoriais o que sobrecarrega psicologicamente o urbanita, mas a complexidade, intensidade e quantidade de estímulos sensoriais que são supostos carregar informação e serem como tal descodificados. Wohlwill (1974) propôs mesmo, como base nesta distinção, que o termo sobrecarga fosse reservado para a informação, e que no caso contrário nos referíssemos apenas a hiperestimulação, cujos efeitos no comportamento humano estão ainda por determinar com precisão. O que a cidade impõe, pelo contrário, não é só uma (hiper)estimulação, a que o sujeito fosse passivo, mas uma enorme profusão e variedade de estímulos com valor informativo, desde sinais sonoros, sinalização de tráfego, montras de lojas, anúncios nas paredes, etc., até — e este é o principal problema — a uma gigantesca quantidade de informações providas directamente do contacto de cada pessoa com milhares de outras pessoas, ao longo do dia. Nesse sentido, parece válido falarmos de sobrecarga de informação: filogeneticamente, somos uma espécie talhada para a emissão e descodificação de subtilíssimos sinais não verbais e verbais que nos permitem comunicar com os nossos congêneres. De todos os animais, somos aquele cuja musculatura facial é mais complexa e permite uma maior elaboração de informação comunicativa, que apresenta poucas ou ligeiras variações transculturais (cf. Darwin, 1872; Eckman e Friesen, 1978; Eibl-Eibesfeldt, 1976; Vieira, 1979, 1982; Soczka, 1973;

Paul, 1986; Izard, 1980). Grande parte desses sinais é inconsciente para o próprio emissor, e tão rapidamente integrada pelo receptor que mesmo este teria dificuldade em expressar cognitivamente e verbalmente quais os sinais informativos que detectou em outrém, e eventualmente moldaram a sua resposta. Aos extremamente complexos sinais faciais, motóricos e posturais, acrescentam-se, pela cultura, outras emissões não verbais igualmente complexas: formas de trajar, emblemas culturalmente distintivos, utilização de elementos ambientais contextuais físicos (cf. Vieira, 1983, que procede a análises cuidadas da gramática destas comunicações não verbais em múltiplos contextos sociais e clínicos). As linguagens verbais, com os seus sotaques, pronúncias e matizes multicoloridos, a tudo isto se acrescentam como elemento essencial da comunicação. E é neste sentido que sobretudo se pode falar de sobrecarga de informação no urbana, acarretada sem dúvida pela massificação populacional a que a cidade obriga. Poderia então falar-se, mais especificamente, em sobrecarga social (McCarthy e Saegert, 1978), os efeitos da qual são relativamente independentes da densidade populacional em si mesma considerada, mas dependentes das adaptações cognitivas e emocionais a essas situações e da aprendizagem de respostas adaptativas. O evitamento do contacto comunicacional, mesmo não verbal (desvio do olhar, por exemplo), é acrescido pela sobrecarga social, e a aceitação da comunicação torna-se função dos contextos ambientais e sociais concretos. A territorialidade exerce-se em função desses contextos, o que leva a compreender a relativa ineficácia dos estudos laboratoriais sobre o fenómeno de *crowding*, e as grandes vantagens dos métodos de campo (observacionais ou experimentais) sobre o contexto artificial que é o laboratório. Altman (1975) apresentou a distinção entre os territórios primários que constituem um espaço limitado de que um sujeito ou um grupo limitado de sujeitos se apropria e identifica como espaço próprio (a casa de cada qual, o gabinete de trabalho no emprego, etc. ⁽¹⁾); territórios

(1) Poderia ainda fazer-se referência a territórios primários dentro de territórios primários: numa família, a sua casa é um território primário em relação aos estranhos, mas uma divisão da casa pode ser um território primário do seu ocupante (o escritório na casa de Jean Piaget, por exemplo, que não permitia a ninguém que ali entrasse e «arrumasse» os papéis e livros aparentemente em desordem); num quarto ocupado por dois irmãos, a cama, a estante e a mesa de escrivaninha de cada um pode constituir o seu território primário, dentro do território primário que é o seu

secundários, que são espaços colectivamente apropriados por um grupo de indivíduos ou grupos (famílias, por exemplo) e identificados como espaços territoriais de grupo; e territórios terciários, que são espaços abertos, colectivos e sem propriedade ou apropriação por indivíduos ou grupos particulares (uma auto-estrada, um jardim público, uma grande avenida, um monumento nacional, etc.). O sentimento de sobredensidade (*crowding*, no sentido psicológico) não é independente dos contextos territoriais acima referidos, o que o torna função das descodificações cognitivo-emocionais a que o sujeito procede para identificar o contexto ambiental em termos de apropriação territorial. Por sua vez, os efeitos da massificação tradicionalmente apontados, como a anomia e a apatia urbanita, não podem também ser lidos em independência dos contextos territoriais (no sentido de Altman), e parecem referir-se sobretudo a espaços terciários. Os espaços primários e secundários, por definição, não permitem tanto a difusão de responsabilidade inerente à «apatia do transeunte» a que as experiências de Psicologia Social fazem referência (cf. Latané e Darley, 1969; Leyens, 1979).

QUADRO I

Correlações de ordem entre a densidade residencial e vários indicadores de Patologia

Densidade residencial	Suicídio	Esquizofrenia	Delinquência juvenil	Violência adultos
≤ 0.50	-.12	-.45	-.55	-.54
1.00	-.55	-.21	.13	.01
1.50	-.26	.12	.35	.32
2.00	.12	.44	.47	.53
2.10	.23	.49	.52	.56
2.20	.24	.50	.52	.56
≥ 2.50	.31	.51	.50	.51

FONTE: Dunstan (1979).

Densidade residencial: n.º de pessoas por quarto.

As teorias que defendem os efeitos nocivos da densidade populacional por si normalmente ignoram as variáveis mediadoras (cognitivo-emocionais), que permitem à pessoa controlar as informações, processá-las e responder em função dessa descodificação. Os estudos sociológicos tradicionais quase sempre se basearam em métodos puramente correlacionais entre

quarto, dentro do território primário que é a casa familiar; numa empresa, um gabinete multiocupado pode apresentar as mesmas características, por exemplo.

a densidade populacional de grandes áreas, tomada como variável independente, e um ou mais indicadores de patologia social (suicídios, crimes, doenças mentais, etc.), supostamente consequência daquela, como nos famosos trabalhos da escola de Chicago (Faris e Dunham, 1939).

Dunstan (1979) procedeu na Austrália a estudos que demonstram cabalmente que a densidade intra-residencial surge muito mais fortemente associada a esses indicadores de patologia social do que a densidade populacional extra-residencial, mesmo recorrendo unicamente ao método correlacional. O Quadro I mostra os resultados encontrados pelo autor, que traduzem a correlação de ordem nula entre a densidade populacional intra-residencial e vários indicadores de patologia.

Por outro lado, os resultados de Dunstan apresentados no mesmo trabalho, apontam para a relação entre o isolamento social (isto é, pessoas que vivem sozinhas e entregues a si próprias) e os mesmos indicadores: .79 com o suicídio ($p < .05$); .54 com a esquizofrenia ($p < .05$); .11 com a delinquência juvenil (n.s.) e 36 com a violência praticada por adultos ($p < .05$). Estes resultados, que coincidem no que toca ao suicídio e tentativa de suicídio dos «isolados afectivos» com os encontrados por Sampaio (1985) em adolescentes portugueses, traduzem os efeitos patológicos do isolamento social.

Todavia, importa notar que, mais uma vez, estamos perante resultados que devem ser considerados dentro de uma perspectiva de relativismo cultural. As comunidades chinesas de Hong-Kong, por exemplo, apresentam valores muito elevados de densidade residencial sem que sejam verificáveis as mesmas correlações com os indicadores patológicos acima referidos, muito provavelmente porque entram em jogo mediações cognitivo-emocionais de natureza cultural que diferenciam substancialmente os resultados comportamentais. Mitchell (1971) constatou que em Hong-Kong se verifica uma ocupação residencial média de 10 ou mais pessoas por 400 pés quadrados ($37,16 \text{ m}^2$), ou seja perto de 4 m^2 por indivíduo, acrescentando-se que em muitos casos (39%) o fogo era partilhado por vários núcleos familiares e que 28% partilhavam uma única cama com duas ou mais pessoas, e 13% com três ou mais pessoas — sem que quaisquer indícios de insanidade psíquica fossem constatados por Mitchell. Epstein (1982) chama, todavia, a atenção para um pormenor relevante nos resultados obtidos por Mitchell: a interacção entre a

ocupação multinuclear e o andar do prédio na génese de perturbações emocionais e hostilidade. Estes fenómenos conflituais surgiam associados significativamente ao facto de o fogo ser ocupado por mais de uma família morando em sextos andares ou superiores. Epstein comenta: «*Embora Mitchell não o diga, podemos especular que a capacidade para adoptar estratégias de cooperação ligadas às exigências [de coordenação de actividades em condições de escassez de recursos] é reduzida pela presença de dois ou mais grupos familiares em lugar de um único. O piso do prédio afecta a capacidade dos ocupantes para as actividades das crianças e para escaparem aos problemas domésticos. Os que vivem em pisos mais perto da rua podem ir dar uma volta, escapando ao calor e congestão das discussões domésticas — o que não acontece tanto com os que vivem nos andares superiores. Em termos de controlo do comportamento, têm menos hipóteses de escolha nas suas exposições aos aspectos nocivos da sobrepopulação nos seus espaços domésticos*».

A percepção da densidade populacional, provocando o sentimento desagradável de apinhamento, liga-se sem dúvida à correlativa percepção da violação de distâncias críticas, no sentido etológico, ou de «espaços pessoais» no sentido da proxémica de Hall (1966) e Sommer (1969), isto é: dessas fronteiras invisíveis que cercam o sujeito e cuja ultrapassagem se reveste de significações comunicacionais em função dos contextos situacionais e dos padrões de cultura.

É sabido e demonstrado que nas culturas latinas essas distâncias pessoais sociais íntimas são mais reduzidas do que nas anglo-saxónicas (Baxter, 1970), e que nas culturas árabes essa distância é ainda menor do que nas latinas (Watson e Graves, 1966); e que, dentro das mesmas culturas, se verificam variações em função da idade, do sexo e do estrato social (Altman e Vinsel, 1977). Ainda assim, numa mesma cultura, as violações das fronteiras íntimas pessoais revestem-se de significados diferentes consoante as situações: se num jardim público observarmos dois jovens de sexo oposto conversando de olhos fitos nos olhos, a uma distância de vinte ou quinze centímetros um do outro, inferimos com alguma probabilidade de não errar que se trata de um casal de namorados; no entanto, tal inferência não se justificaria num transporte público apinhado numa hora de ponta. Pelo contrário, como bem o observa Fisher (1976), nessas situações de apinhamento e de redução das distâncias interpessoais praticamente ao grau zero, constata-se

mesmo o evitamento da emissão de sinais não verbais que possam gerar uma má interpretação da situação: os olhares são muitas vezes desviados das pessoas com quem se está, por motivos circunstanciais, num contacto corporal que noutras circunstâncias teria significado de intimidade, veiculando-se assim a mensagem não verbal contrária: «Por favor, não me interprete mal, este contacto não é uma solicitação sexual íntima».

Ora bem, situações destas, vivemo-las todos os dias, nos meios urbanos, sem que lá por isso as nossas glândulas suprarrenais fiquem do tamanho de abóboras. Por menos evidente que isso seja para sociólogos e psicólogos entusiasmados com os dados etológicos, mas apenas introduzidos de maneira superficial a essas matérias, nós não somos nem ratos, nem coelhos, e a territorialidade humana é um fenómeno cultural e cognitivo-emocional. Nesse sentido, falar-se de territorialidade no caso humano pode apenas revestir-se de um carácter analógico, e não homológico, e o sentido em que a Psicologia Ambiental fala de territórios primários, secundários e terciários não é o mesmo sentido em que em Etologia se utiliza o conceito de território, aí inevitavelmente ligado a funções reprodutoras e epimeléticas e à competição agonística que serve esses objectivos.

Para além das variações transculturais dessas fronteiras que definem invisivelmente o espaço pessoal, existem indubitavelmente variações interindividuais, afectas, como já se disse acima, a factores de sexo, idade e estatuto social. E também de personalidade, isto é: de idiosincrasias pertinentes à estrutura de comportamentos, crenças, atitudes e valores moldada pela ontogénese específica de cada pessoa. Horowitz (1968) demonstrou que doentes esquizofrénicos requerem maiores distâncias físicas interpessoais do que os indivíduos normais; Hildreth et al. (1972) demonstraram o mesmo em função do grau de agressividade dos sujeitos, enquanto Williams (1971) verificou que os extrovertidos se aproximam mais de indivíduos do mesmo sexo do que os introvertidos, em situações sociais. Vieira (1974, 1979, 1983) desenvolveu uma elaborada teoria etopsiquiátrica da esquizofrenia paranóide e da anorexia nervosa enquanto conflitos territoriais. O esquizofrénico actua como um animal desterritorializado, um emigrante no seu próprio país interior; o paranóico, como um animal defensor de um território ameaçado pelas suas próprias projecções delirantes e firmemente postado em atitude agonística no âmago

do seu território. Na anorexia, também observada em animais em situações patogénicas de cativeiro (Mrosovsky e Sherry, 1980), verificar-se-iam igualmente condições familiares de invasão dos espaços pessoais da adolescente, com especial relevo neste caso para o papel de mães dominadoras e intromissivas, impeditivas do desenvolvimento e configuração interna do espaço pessoal da filha (contrariando assim a condição de desenvolvimento contida nas Hip. 4 e 7 da teoria de Bronfenbrenner). Também Soczka (1983a) procedeu à construção factorial de um inventário destinado a avaliar a sensibilidade a situações ambientais e interpessoais incomodativas e encontrou um factor independente de sensibilidade a intromissões territoriais e à violação dos espaços pessoais, que correlaciona positivamente de forma significativa com traços paranóides da personalidade, sendo apreciável a variação interindividual na sensibilidade a essas intrusões, numa população relativamente homogênea e pertencente a um mesmo meio sociocultural. As regulações cognitivo-emocionais, derivadas que sejam de dominâncias culturais em jogo ou de idiosincrasias pessoais inevitavelmente combinadas e interactuantes com aquelas, parecem ser portanto o elemento fundamental de mediação para a sensibilidade à sobredensidade populacional urbana. Não se pretende dizer que essa sobredensidade não seja geradora de stress, e de desregulações comportamentais subsequentes; ela é-o. Mas não o é em si mesma, como nos casos das populações animais acima descritos. No caso humano, é necessário que as pessoas sintam subjectivamente que se verifica uma situação de intrusão pouco admissível nas fronteiras dos seus espaços pessoais, o que significa que a descodificação cognitiva das situações como representando ou não intrusão é condição prévia na moldagem das respostas dos sujeitos. Acrescente-se que, à semelhança de Kurt Lewin, não se pretende aqui que o que é cognitivo é consciente para o sujeito, mas simplesmente que passou a ser integrado no seu espaço de vida (confundir cognição com consciencialização poderia levar-nos aos resultados de um célebre psiquiatra que declarou num Congresso ter feito a prova de que não existe desejos incestuosos pois, tendo procedido à análise factorial de um questionário nesse sentido, não encontrara nenhum factor nem ninguém que declarasse a existência desses desejos; ou, inversamente, cair no erro contrário, comum aos psicanalistas, que é afirmar a existência desses

desejos principalmente porque as pessoas não os declaram).

A sobredensidade populacional é, sem dúvida, um elemento importante para compreendermos os comportamentos dos urbanitas. Mas não basta. Não existem provas de que esse elemento exerça por si só influências significativas, como se disse acima, nem que conduza à anomia e à quebra de vínculos sociais no espaço urbano.

O que nos remete, justamente, para o pólo oposto da questão: a existência desses vínculos e a sua função reguladora na organização cognitivo-emocional dos urbanitas. Fizemos acima referência à relação encontrada por Dunstan (1979) entre o isolamento social e comportamentos patológicos; nomeadamente o suicídio e a esquizofrenia, com correlações nada desprezíveis, recordamo-lo: .79 com o suicídio e .54 com a esquizofrenia, superiores às que o mesmo autor encontrou associadas às altas densidades intra-residenciais (respectivamente .31 e .51, para densidades de 2,5 ou mais pessoas por quarto). Não podemos, ainda assim, falar neste caso de uma relação linear de causa e efeito, mas antes de uma dramática circularidade: o isolamento social induz a patologia, e a patologia induz o isolamento social. Qual delas é o ovo ou a galinha, ninguém sabe ao certo. O que se sabe é que os fenómenos estão fortemente interligados, e que sociologicamente se associam a áreas urbanas onde é fraca a integração social (Leighton et al., 1963), com fraca coesão e organização comunitária, marginalização em relação à vida comum do tecido urbano, habitação degradada e debilidade sociocultural (Timms, 1971). Produzisse o espaço urbano os efeitos drásticos de incomunicabilidade, anomia e clivagem afectiva derivados da sobredensidade, como o pretenderam os críticos mais radicais, e sem dúvida que as taxas de suicídio e esquizofrenia nos espaços urbanos seriam muito mais elevadas do que o são efectivamente. O isolamento social não é a regra da cidade. O urbanita não é uma ilha mergulhada num mar de gente por seu turno insulada. A cidade é, para empregar a expressão já clássica, um mosaico cultural, com uma enorme multiplicidade de mundos sociais (na expressão de Wirth) que são quase como que mundos próprios, no sentido tão belo que Jacob Von Uexkull (1921) utilizou para caracterizar os universos perceptivos específicos de cada espécie animal. Perdoe-se o arreigado vício profissional de recorrer às analogias etológicas, mas talvez a questão possa ser posta exactamente desta maneira, no que se

refere ao mosaico subcultural urbano. No sentido de Von Uexkull, o mundo próprio é «a parcela do universo exterior acessível ao sensorio e à percepção de uma dada espécie», como bem o sintetizou Vieira (1983). As representações, percepções e significações do real são de espécie para espécie tão variáveis, que nem sequer o Homem, dotado como é da prodigiosa capacidade de imaginar que nos conduz num vaivém permanente dos contos de fadas à moderna tecnologia, consegue subjectivamente representar por dentro esses mundos próprios, embora possa descrever cientificamente os seus parâmetros, numa descrição desprovida de uma impossível compreensão empática. Tentemos colocar-nos na pele de uma cobra cascavel, que se orienta pela sua sensibilidade às radiações infravermelhas e pode distinguir variações de temperatura da ordem dos 5 milésimos de grau centígrado; tentemos colocar-nos na pele de uma enguia cuja potência de discriminação olfactiva é tal que reage a uma substância diluída na ordem dos 1:3 trilhões (Eibl-Eibesfeldt, 1973); tentemos compreender a passagem do tempo para um caracol, que dizemos que vai devagarinho por ali fora, mas para o qual o tempo passa quatro vezes mais lentamente do que para nós (Von Uexkull, 1921). No entanto, a comunicação é possível de enguia para enguia, de caracol para caracol, precisamente porque, pertencendo à mesma espécie, utilizam os mesmos códigos e vivem mundos próprios semelhantes. Pois bem: *Homo sapiens* é zologicamente uma única espécie, capaz por isso de comunicar com todos os elementos da sua própria espécie. Mas é, ao mesmo tempo, uma espécie que produz como nenhuma pseudo-especiações de natureza cultural que, se não impedem, dificultam essa comunicação. A noção de pseudo-espécie deve-se a Erik Erikson (1971) que nos adverte que «nunca podemos esquecer que o homem desenvolveu (por um qualquer modo de evolução ou por razões adaptativas de uma ordem qualquer) pseudo-espécies (tribos, clãs, etc.) que se comportam como espécies independentes que uma vontade sobrenatural tivesse gerado na origem dos tempos, e que sobrepõem às realidades geográficas e económicas da sua existência uma cosmogonia, uma teogonia e uma imagem particular do homem. Cada subespécie adquire assim um sentimento próprio de identidade, que considera como sendo a única identidade realmente humana, a qual defende contra as restantes subespécies mediante preconceitos que as estigmatizam com extra-específicas e que, de facto, se opõem à única via

“autenticamente” humana». Sabemos as dificuldades e erros de óptica que a incapacidade de compreender as outras culturas trouxe à Antropologia Cultural no séc. XIX, arrogantemente eurocêntrica, e quantas culturas tão ricas como distintas da europeia não foram e continuam a ser sistematicamente destruídas em nome da ocidentalização, que o poder económico e tecnológico erige em modelo de virtudes. Mas também entre nós, não só na oposição de «mundos próprios» entre o rural e o urbano, mas também na subculturação urbana o problema se pode e deve colocar. Como mosaico de subculturas, a cidade é simultaneamente um espaço possível de diálogo enriquecedor, no sentido de transferências de valores e informações intercenários (hipóteses meso e macro-sistémicas da teoria de Bronfenbrenner, na sua valorização da transtextualidade para o desenvolvimento humano); mas é também um espaço de conflitos de valores e representações sociais. Longe de ser um universo de indivíduos atomizados, o espaço urbano é sobretudo um espaço de relações intergrupos, que se interpenetram em graus variáveis, mas que também não deixam de se olhar reciprocamente como subespécies, no sentido de Erikson. São estes grupos, com os seus valores próprios, as redes sociais de apoio que permitem ao urbanita sobreviver sem a anomia preconizada pelos sociólogos pioneiros da escola de Chicago. Não há anomia, nesse sentido, senão como oposição individual às regras dos grupos dominantes; e se dois «anómicos» se juntarem, deixa de haver anomia, para passar a haver simplesmente minoria cultural, contestatária das normas maioritárias, e eventualmente agente de transformação do cenário envolvente.

Sendo a cidade um espaço de relação intergrupos, a psicologia do urbanita deve ser entendida como o estudo das suas redes de relações sociais: as pessoas interagem selectivamente com as outras, mediante uma psicossociologia das afinidades (Maisonneuve, 1966), e «para sabermos de que modo o cenário urbano afecta as pessoas, temos primeiro de saber de que modo esse cenário afecta as redes sociais em que elas estão envolvidas» (Fisher, 1976; cf. Prop. D da teoria de Bronfenbrenner).

É esta teia intersubjectiva de afectos recíprocos que afasta os riscos que o isolamento social acarreta: a depressão, o suicídio, a esquizofrenia. A experiência partilhada da cidade é a base em que o urbanita assenta a construção do seu quotidiano, elabora o seu modelo perceptivo da realidade cidadina, edifica a sua

identidade social e arraiga o seu sentimento de pertença a uma «nossidade», para empregar o feliz neologismo (*we-ness*) de Schutz (1970) — correspondente ao «Nous» sociológico de Gurvitch (1950), afinal.

A tese wirthiana não é adequada à realidade urbana. É certo que são os meios urbanos os grandes centros produtores de crimes e violência, e onde a delinquência se pode aninhar ecologicamente em bairros pobres e degradados, para daí proceder a expedições danosas de pessoas e bens a outros locais urbanos onde se encontram o móbil e a oportunidade para tal (Davidson, 1981; Halt et al., 1976; Brantingham e Brantingham, 1981; Soczka, 1984a). Mas a cidade é mais do que essa faceta, explorada unilateralmente pelos estudos da escola de Chicago nos anos 20: é também esse pequeno «nós», feito de laços, de relações de amizade e familiares. Num inquérito feito num subúrbio de Toronto por Wellman (1976), 81% dos inquiridos declararam que em caso de urgência ou emergência tinham a quem recorrer, e 60% declararam que se se vissem na necessidade súbita de ser sustentados quotidianamente, também teriam apoio. O que não é, apesar de tudo, nenhuma novidade na evolução da espécie humana — até ao séc. XX, como bem o lembra Maguire (1983), as pessoas não contavam com nenhuma assistência social ou estatal para essas emergências, e como únicos suportes económicos e afectivos em caso de necessidade só podiam contar com as pequenas redes sociais compostas por familiares, amigos ou vizinhos.

Da família alargada, co-residente transgeracionalmente, passou-se à nuclearização actual, e os modernos meios de transporte e comunicação alargaram os horizontes geográficos das redes sociais urbanas. Nos finais do século XIX, veraneava-se em Pedrouços se se fosse da pequena burguesia; em Paço de Arcos se se pertencesse à burguesia abastada, jogadora de casino e privando com o corpo diplomático, mas preferencialmente nas praias nortenhas; ir a Cascais, no «vapor», era uma aventura, e a Outra Banda quase que uma África para os lisboetas. Quanto aos Algarves, como o título régio indicava, eram outro, longínquo e desconhecido reino. Ao lermos os nossos escritores oitocentistas fica-nos bem marcada a pequena dimensão geográfica onde se enquadravam as redes sociais dos personagens, desde *Uma Família Inglesa* até à *Capital* ou *Os Maias*. Em Eça, a Lisboa das redes sociais dos seus romances é o Chiado e arredores — o resto é mato, terra de fadistas e pés-descalços; e o seu amigo e companheiro

Ramalho pinta-nos em belíssimas telas literárias, aliás valorativas do nosso mundo rural nortenho, as suas expedições de aventureiro pelas terras e praias de Portugal com a pose antropológica de quem foi ali dar uma volta ao Reino do Congo e regressou incólume.

É evidente que hoje é pouco provável a subsistência dessa estreiteza de horizontes nas populações urbanas, mas a extensão geográfica das redes sociais é função dos estratos socioculturais de pertença. A nossa equipa verificou que há na Musgueira quem declare que «nunca foi a Lisboa» e quem declare que apanha o autocarro 17B «para ir a Lisboa»; no interior do concelho de Cascais, há pessoas de idade que nunca vieram a Lisboa nem nunca viram o mar, segundo a experiência de gestora autárquica da Arq. Helena Roseta (*comunicação pessoal*), o mesmo acontecendo em vales da Madeira, onde em 1974 o geógrafo Diogo de Abreu encontrou ilhéus que nunca tinham visto o mar (*comunicação pessoal*). Em 1973, assisti a uma discussão entre amigos e colegas paquistaneses na Universidade de Estrasburgo e outro conterrâneo, primo de um deles e recém-chegado de uma aldeia de montanha no interior do Paquistão, da qual não percebi uma palavra, dado ter sido travada em urdú, como é óbvio. Explicaram-me depois que o recém-chegado ficara ofendido quando os outros lhe disseram que nessa noite iam ao cinema à Alemanha (que, como se sabe, fica ali pegadinha a Estrasburgo, o Reno pelo meio). O argumento do montanhês era que não admitia que o gozassem, porque era impossível dois países ficarem tão perto um do outro (*sic*). E alguém me recordou recentemente o facto televisado de em 1975 um jornalista da RTP ter interrogado uma anciã camponesa sobre se ela sabia o que era a Constituição — ao que a velhota lhe respondeu com um sorriso matreiro: «E vossemecê sabe quanto é que é um almude?».

Este pequeno intervalo de historietas serve para a frase que se segue: vivemos de facto em *subespeção cultural*, com universos perceptivos e mapas cognitivos que constituem mundos próprios com restritas franjas de comunicação entre si. E é no meio urbano que, qual exposição de amostras na FIL, esses mundos culturais dissonantes se cruzam e distribuem no espaço, diferenciando-se e diferenciando as áreas urbanas que habitam. As nossas redes sociais raramente ultrapassam os limites (já não tanto impostos pelas distâncias não só sociais mas também geográficas como na Lisboa do Eça) socioculturais dessas

invisíveis fronteiras do meio urbano; são redes compostas de vinculações, afinidades e identidades culturais partilhadas, mas marcadamente delimitadas em termos das suas raiais sociológicas. E eventualmente, consoante o grau de permeabilidade ou impermeabilidade das subregiões que constituem o mosaico subcultural urbano, também encontrando uma expressão territorial em função da implantação dessas mesmas subculturas no espaço.

Os primeiros estudos realizados sobre a influência das proximidades espaciais no estabelecimento de vinculações afectivas e laços funcionais apontavam no sentido de a vizinhança ser por si um elemento determinante da constituição das redes sociais urbanas, nomeadamente os estudos de Davie e Reeves (1939), Festinger et al. (1950), Young e Willmott (1957), Gans (1962).

O trabalho de Festinger et al. (1950) foi realizado junto de uma população homogénea de estudantes do M.I.T. alojados em duas áreas residenciais universitárias, uma (Westgate) com 100 casas pré-fabricadas térreas individualizadas, agrupadas em nove unidades em forma de U, alojando 50% estudantes casados sem filhos e 50% estudantes casados com filhos; outra por 17 edifícios de apartamentos pré-fabricados com dois pisos, cada um com 10 apartamentos (Westgate-West). No conjunto, tratava-se portanto de uma população altamente seleccionada, que tinha preenchido os critérios de elevado nível para acesso ao M.I.T..

Festinger e colaboradores verificaram de forma inequívoca que a proximidade física, em termos de alojamentos, constituía um factor de relevo na constituição de redes de afiliação social. A vizinhança imediata gerava uma grande probabilidade de constituição de amizades (note-se que todos os residentes na área em estudo não se conheciam antes, e que a área residencial era recém-reconstruída, o que permitiu aos investigadores acompanhar o processo de constituição de grupos informais). Festinger e colaboradores adoptaram então a expressão «determinantes ecológicos da estrutura grupal», para designar a variação da intensidade das ligações afectivas em função da distância inter-residencial, não deixando todavia de sublinhar as características muito especiais da população estudada, que vivia praticamente num sistema ecológico semifechado, o *campus* universitário.

O trabalho sociológico de Young e Willmott (1957) foi conduzido em condições completamente

diferentes: a comunidade em estudo foi Bethnal Green, na parte leste de Londres, zona pobre e habitada por operários, com uma população total de 54.000 habitantes, dos quais foram objecto do estudo geral 933 indivíduos, sorteados aleatoriamente a partir dos cadernos eleitorais. Os autores constataram que os laços de parentesco actuavam de maneira significativa nas preferências residenciais dos casais: apenas 32% dos homens casados e 25% das mulheres casadas declaravam preferir viver em locais afastados dos locais de residência dos respectivos pais; 14% dos homens e 28% das mulheres casadas viviam no mesmo prédio do que os pais, e 14% dos homens e 23% das mulheres viviam na mesma rua do que os pais; 28% dos homens e 19% das mulheres viviam em locais cuja duração do percurso a pé até aos locais de residência dos pais era igual ou inferior a cinco minutos; 30% dos homens casados e 31% das mulheres casadas tinham contactado com o pai nas 24 horas anteriores; 48% dos homens casados e 55% das mulheres casadas tinham contactado com a mãe nas últimas 24 horas (no subconjunto amostral de casados com pais ou mães vivos, como é óbvio).

Young e Willmott afirmam, face aos resultados do seu estudo: «*The great triangle of childhood is mother-father-child; in Bethnal Green the great triangle of adult life is mum-wife-husband*» (p. 46). O peso das vinculações familiares nas preferências residenciais e a sua prevalência nas redes de afiliação social locais, no meio operário estudado, numa cumplicidade transgeracional que é hoje relevantemente analisada do ponto de vista clínico pelos especialistas da terapia familiar (Sampaio e Gameiro, 1985), é fortemente sublinhado pelos autores, que chamam a importância deste facto para as decisões de planeamento urbano. No meio operário estudado, as redes sociais primárias arraigam num sistema de três gerações: avós, pais e netos, que constituem o principal vínculo e suporte social dos residentes dessa área económica e culturalmente deficitária. Qualquer alteração brusca do equilíbrio transgeracional provocada, por exemplo, por uma imponderada reestruturação urbana de Bethnal Green acarretaria sem dúvida pesadas consequências para a dinâmica e a homeostasia familiar dos residentes, fortemente arraigados ao seu bairro deficitário do ponto de vista residencial e cultural, mas complexo do ponto de vista dos afectos e dos laços vincualativos.

Os estudos americanos, realizados num país onde é muito mais accentuada a mobilidade residencial e

onde as relações de vizinhança não familiares apresentam um carácter mais dinâmico do que o que revelam os estudos realizados em culturas europeias, tendem a demonstrar a estreita relação entre a proximidade residencial e o estabelecimento de conexões afectivas em redes locais. Os trabalhos pioneiros de Merton (1951) sobre o estabelecimento de grupos informais nas *newtowns* operárias de Crafttown e Hilltown confirmaram os resultados de Festinger et al. (1950): a proximidade residencial influi na constituição das redes sociais, sobretudo nos edifícios com acessos ou pátios comuns; efeito não perceptível, aliás, para os residentes, que procedem a atribuições de carácter subjectivo para a explicação das suas preferências afectivas (afinidades de personalidade e interesses, etc.). Do ponto de vista das relações inter-étnicas (problema, como se sabe, particularmente agudo nas comunidades americanas e nos bairros pobres da Europa que recebe emigrantes) a proximidade residencial tende também a alterar as atitudes dos sujeitos e as suas representações sociais das outras etnias, verificando-se um «efeito Zajonc» na modificação dos comportamentos, de acordo com os resultados obtidos pelo estudo de Merton (o qual constituiu um *follow-up* de dez anos, acrescentando-se); resultados análogos foram descritos por Deutsch e Collins (1957), também junto de populações homogéneas do ponto de vista do estatuto social. De notar, contudo, que as proximidades de vizinhança não constituem uma linha de força apenas no sentido das afiliações positivas: Ebbesen et al. (1976) demonstraram que também na questão das rejeições afectivas entre vizinhos essa mesma proximidade entra em jogo, tendendo a incrementar os conflitos entre vizinhos reciprocamente rejeitantes.

A teia social implicada pelas relações de vizinhança tende a variar em função simultaneamente das especificidades urbanísticas e arquitectónicas e do estrato social dos residentes. O traçado arquitectónico é de extrema relevância como agente facilitador ou inibidor de contactos sociais que do plano das interacções sociais de curta duração podem evoluir para uma rede de relações sociais estáveis e conotadas pelos residentes em termos de atribuições internas (afinidades de personalidade, como no supracitado estudo de Merton).

Este aspecto leva-nos a regressar à questão dos vários tipos de território acima definidos: primário, secundário e terciário. Uma comunidade de vizinhança assente numa rede de relações sociais estáveis

implica a apropriação colectiva de um espaço referenciado a esse «nós» que é identificador do grupo de vizinhança — a constituição de um território secundário urbano, portanto, no sentido de Altman (1975).

Em *The Urban Neighborhood*, Suzanne Keller (1968) distinguiu entre amigos, parentes e vizinhos, e, tal como comenta Hallman (1984), «os parentes são-nos dados pelo nascimento ou pelo casamento. Os amigos, escolhemos nós. Os vizinhos estão presentes nos nossos arredores. Os amigos e os parentes podem viver não importa onde, mas os vizinhos por definição vivem ao pé de nós». Ora o que precisamente se verifica, em múltiplos estudos, é que existe a tendência, em condições sociais definidas, para as pessoas transformarem as relações de vizinhança em relações de amizade, eventualmente até em relações de parentesco (como no caso da relativa endogamia constatada em Bethnal Green). Este fenómeno é proporcional ao grau de permeabilidade da comunidade vicinária ao exterior, e ao grau em que essa comunidade constrói para si própria uma identidade social que a pode constituir como microcultura urbana. Temos razões para crer que é esse o caso da Musgueira, em Lisboa, e, de forma geral, o caso dos bairros pobres incrustados como *ghettos* no tecido urbano. Como o afirma Hallman, em consonância com Young e Willmott (1957), «em muitos bairros pobres, a rede familiar é um dos principais suportes da sobrevivência humana» (cf. Hannerz, 1969; Wilson, 1971; Martineau, 1977). Um estudo de Jean Maisonneuve realizado em França entre 1954 e 1955, à escala nacional, com uma amostra de 300 sujeitos (100 operários, 100 empregados de escritório e outros serviços e 100 quadros e engenheiros), revela-nos que são os operários aqueles que estabelecem em maior número amizades em função das relações de vizinhança, quando comparados aos empregados médios e aos quadros; inversamente, as amizades construídas a partir das relações de trabalho são mais frequentes nos quadros do que nos restantes grupos. Em todos os grupos profissionais, o corte com os amigos tem como motivo invocado em primeiro lugar a mudança de lugar de domicílio (41% nos operários, 40% nos empregados, 50% nos quadros) — atendendo a que, na amostra considerada, a mobilidade residencial dos quadros era nitidamente superior nos quadros (73%) do que nos operários (37%) ou nos empregados (44%), estes resultados reforçam os dados acima apresentados relativamente a culturas anglo-saxónicas (cf. Maisonneuve, 1966).

Num estudo já hoje clássico, Fried e Gleicher (1961) demonstraram que a pobreza residencial e dos espaços urbanos envolventes não significa necessariamente desejo de mudança em relação ao meio habitacional, e que os residentes nos bairros degradados são contrários a iniciativas municipais que os realojem não importa de que maneira. Os autores estudam o bairro desalojado de West End (Boston) nos finais da década de 50 (1958-59); mais de 50% dos indivíduos da amostra já aí residiam havia mais de 20 anos, e 25% do total tinham sido nesse bairro nados e criados. Contrariamente ao que se poderia pensar, 75% dos inquiridos declaravam «gostar muito» (37%) ou simplesmente «gostar» (38%) de viver em West End. O que mais ressalta deste famoso estudo é o sentimento de pertença dos residentes ao seu local, ao seu bairro, o que era percebido claramente como uma autêntica extensão da casa, isto é: como

QUADRO II

*Relações familiares e afiliação a West End
(Fried e Gleicher, 1961)*

Extensão das relações familiares em West End	N.º	Sentimentos em relação a West End (%)		
		***	**	*
Poucos	193	29	46	25
Nenhuns	150	37	38	25
Vários	67	45	21	24
Muitos	52	58	27	15

*** - Muito positivo; ** - Positivo; * - Negativo

FONTE: Fried e Gleicher (1961).

um território secundário, lugar quotidiano de intercâmbios sociais e funcionais numa comunidade de vizinhança rica em afectos, que as feias e tristes fachadas dos prédios semi-arruinados tendiam a esconder ao observador desprevenido. A relação entre o grau de identificação com West End e o número de familiares co-residentes no bairro torna-se extremamente clara, se atendermos ao Quadro II, extraído do artigo em questão.

Quanto à questão se a rede afiliativa em West End se estabelecia preferencialmente em relação a familiares (caso do bairro inglês de Bethnal Green) ou a amigos não familiares, 50% dos residentes declarou preferir os laços familiares, e 31% optou por amigos não familiares (os restantes ficando-se por uma posição mista), mas tal não pareceu exercer influência no grau de ligação ao bairro. O que aparece como extre-

mamente relevante neste estudo é a constatação de que, mais uma vez, se verifica uma associação entre os laços interpessoais e a afiliação ao espaço secundário, como o demonstra o Quadro III:

QUADRO III

*Relações de vizinhança e afiliação a West End
(Fried e Gleicher, 1961)*

Proximidade com os vizinhos	N.º	Sentimentos em relação a West End (%)		
		Muito positivo	Positivo	Negativo
Muito positiva	78	63	28	9
Positiva	265	37	42	21
Negativa	117	20	39	41

FONTE: Fried e Gleicher (1961).

Fried e Gleicher (1961) sublinham o significado psicossociológico desta apropriação comunitária do bairro que explica as resistências encontradas pelas autoridades municipais de Boston face aos seus planos de realojamento: *«Localism captures only a gross orientation toward the social use of an area of physical space and does not sufficiently emphasize its detailed organization. Certainly, most middle-class observe are overwhelmed at the degree to which the residents of any working class district and, most particularly, the residents of slums, are "at home" in the street. But it is not only the frequency of using the street and using the street outside the house as a place, and not simply as a path, which points up the high degree of permeability of the boundary between the dwelling unit and the immediate enviroing area. It is also the use of all channels between dwelling unit and environment as a bridge between inside and outside: open windows, closed windows, hallways, even walls and floors serve this purpose (...). It is not surprising, therefore, that there is considerable agreement between the way people feel about their apartments and the way they feel about the West End in general».*

Estamos, portanto, muito longe do quadro de anonimato e anomia generalizada pintado durante décadas pelos impulsionadores da escola de Chicago: o mosaico urbano surge-nos, cada vez mais, como uma complicada rede de subculturas, em que uma subcultura dominante, mormente a que detém os privilégios dos acessos aos lugares decisórios da administração municipal, encara subculturas mino-

ritárias (West End, Bethnal Green, Musgueira...) numa óptica distorcida pelas suas próprias relações e identidades subculturais, não raras vezes gerando-se conflitos a médio, curto ou longo prazos, por uma mera questão de incomunicabilidade entre esses «mundos próprios» subculturais.

Os estudos já realizados na Musgueira Sul (Soczka et al., 1985, 1987, 1988) permitem afirmar que a proximidade de vizinhança dita as relações quotidianas e fundamenta as estratégias de suporte económico, afectivo e de serviços. As territorialidades secundárias são igualmente bastante marcadas neste Bairro, a avaliar, por exemplo, pela importância que a rua desempenha enquanto prolongamento da casa e que juntamente com a taberna, a associação ou o fontanário, se apresentam enquanto locais privilegiados de desenvolvimento de sociabilidades de base.

Uma acção de realojamento envolve modificações de comportamentos, atitudes e hábitos. Quando se modificam as condições de habitabilidade ou se promove uma acção de realojamento intervém-se não só ao nível morfológico mas podem também criar-se alterações ao nível da dinâmica social das populações por elas abrangidas. As atitudes positivas ou negativas face à renovação e às mudanças por ela provocadas, só poderão ser compreendidas se relacionadas com o modo de vida da população: estratos socio-económicos, teias de relações sociais e dinâmica familiar.

Os dados que agora se apresentam, são o resultado de um inquérito sociológico (entrevista semi-estruturada) a uma amostra de 46 famílias (111 indivíduos) da Musgueira Sul, determinada a partir de uma escolha aleatória de 2 fogos para cada rua do Bairro, situando-se cada um destes fogos a norte e a sul, em relação à rua principal. Tentou-se garantir nesta primeira amostra uma heterogeneidade de fontes de opinião, capaz de obviar a distorções resultantes da concentração espacial da observação.

Da análise feita a algumas das aspirações dos residentes da Musgueira Sul, face ao tipo, regime de ocupação, número de divisões, localização e origem da vizinhança, em caso de mudança de residência, verificou-se que do total de respondentes:

- 79,1% afirmaram preferir a habitação em casas individuais em vez de um andar em prédio;
- 40,7% apontaram como modalidade preferida de acesso a uma casa de autoconstrução, logo seguida pela compra (39,8%) e só 19,4% preferiram o regime

de aluguer. Destes dados transparece uma valorização da independência no que respeita ao alojamento, o que se traduz, por um lado, numa individualização em relação a terceiros na posse e ocupação da propriedade e, por outro, na participação do ocupante no processo produtivo do seu alojamento;

- a maior parte (51,4%) indicou 4 divisões como sendo o número desejado para um alojamento (3 é o actual número médio de divisões). Afirmaram necessitar de cinco ou mais divisões 4,5% dos entrevistados;

- a maior parte dos indivíduos que residem em agregados domésticos constituídos por um, dois ou três indivíduos, desejam um alojamento com um número de divisões superior ao número de elementos que constituem o agregado. O contrário verifica-se nos agregados domésticos constituídos por cinco ou mais elementos (ver Quadro IV);

- a maioria (81,1%) referiu desejar, além dos quartos, uma sala não específica. Só 18% se referiram concretamente a uma sala de jantar; 6,3%, 3,6% e 2,7%, respectivamente, a uma sala de estar, a uma sala de visitas ou a outro tipo de divisões. Em termos de ocupação funcional desejada da habitação, e tomando como base o tipo de divisões desejadas, observa-se uma ausência de elementos de apropriação do espaço normalmente associados a uma cultura urbana: sala de visitas ou sala de estar. Parece sobretudo existir uma apropriação multifuncional do espaço. Independentemente de se registar uma necessidade de dividir interiormente o alojamento. Esta, radica-se mais na manutenção da privacidade dos quartos de dormir do que numa apropriação unifun-

cional dos espaços de habitar. Este facto assume importância quando articulado com a *dinâmica familiar* (ocupação de tempos livres em conjunto com a família, sectorização do alojamento e sua organização em relação às funções que lhe estão destinadas e apropriação do espaço pelos diferentes membros do agregado) e com as *teias sociais desenvolvidas com a comunidade*, traduzidas na relação entre os espaços habitacionais e o espaço residencial em que os primeiros estão inseridos. Solidifica-se a ideia de que para esta população *a sala de estar por excelência é a rua* onde se desenvolvem sociabilidades de soleira de porta. Tal facto permite relativizar a noção de privado para esta população em que o sentido e vivência da comunidade se apresenta como um todo, e em que as redes de controlo social assumem um papel de charneira na rotação de informação entre os seus membros;

- cerca de 63% dos entrevistados referiram a Musgueira Sul e 22% outras zonas de Lisboa como local onde desejariam residir (ver Figura 1). As justificações apresentadas para a sua preferência pela Musgueira Sul (ver Quadro V) apontam sobretudo para questões de *habituação* (27,9%), para *aspectos funcionais* (26,1%) e para *outros aspectos* (21,6%) onde predominam opiniões positivas em relação ao Bairro ou ao seu ambiente (por exemplo, expressões como: «gosto de morar aqui»; «se eles puseram isto mais ou menos a gente agora tem o direito de usufruir»; «só me ia trazer complicações sair daqui agora»; «afinal de contas não é tão mau como isso»). *A habituação pode remeter para o sentimento de segurança que o Bairro, enquanto comunidade as-*

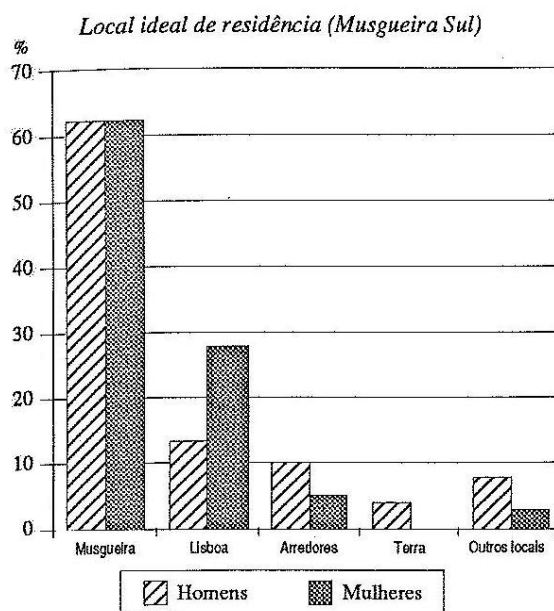
QUADRO IV

Número de divisões desejadas no alojamento segundo a dimensão do agregado doméstico (Musgueira Sul)

Dimensão do agregado doméstico	NÚMERO DE DIVISÕES DESEJADAS		
	Inferior à dimensão do agregado (%)	Igual à dimensão do agregado (%)	Superior à dimensão do agregado (%)
1	•	•	100.0
2	•	•	100.0
3	•	40.0	60.0
4	5.3	73.7	21.0
5	58.8	41.2	•
6	77.8	11.1	11.1
7	100.0	•	•
9	100.0	•	•
11	100.0	•	•

sente basicamente em redes de vizinhança que asseguram um manifesto controlo social dos espaços secundários, é capaz de proporcionar a esta população;

FIGURA 1



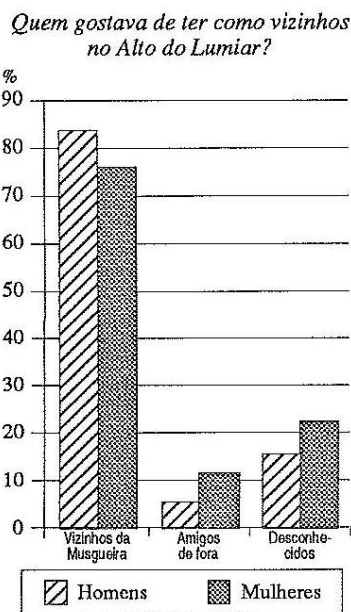
• grande parte dos entrevistados (80,2%) apontaram vizinhos da Musgueira Sul como aqueles que gostariam de ter em caso de mudança de residência (ver Figura 2);

• 62,2% gostam das pessoas aí residentes (ver Figura 3). As justificações apontadas para esta atitude orientam-se, independentemente de se tratar de uma atitude positiva ou negativa, para a valorização da interacção positiva entre pessoas aí residentes;

QUADRO V

	Razões justificativas das atitudes face ao Bairro (%)	Razões de preferência pelos locais onde desejariam morar (%)
Aspectos ligados à natureza	20.7	12.6
Aspectos funcionais	39.6	26.1
Aspectos ligados à família	0.9	8.1
Aspectos ligados à amizade	7.2	6.3
Aspectos ligados à habitação	27.0	27.9
Aspectos lúdicos	3.6	5.4
Outros aspectos	11.7	21.6

FIGURA 2



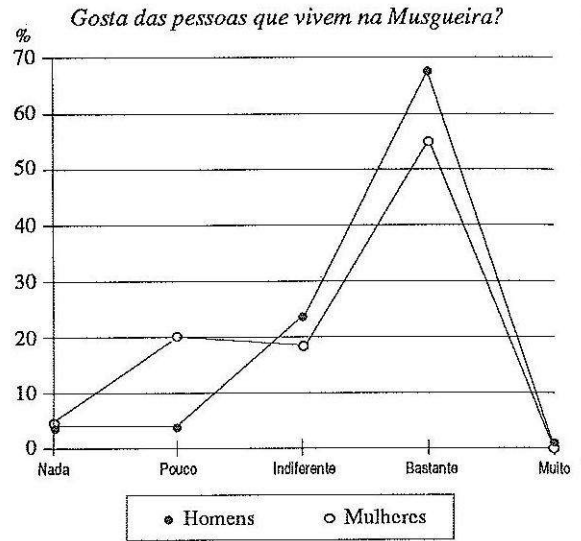
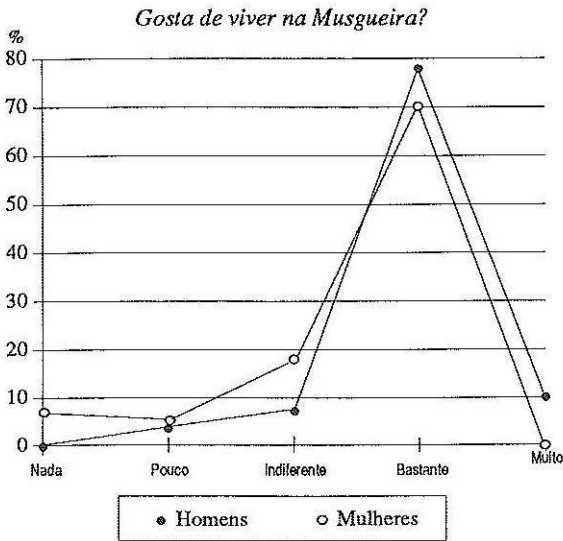
• 78% dos entrevistados gostam de viver na Musgueira Sul (ver Figura 3). Os aspectos mais valorizados (ver Quadro V) são: os *funcionais* («fica perto do emprego»; «bem situado, bons acessos e

transportes»; «perto de tudo: farmácia, talho, transportes...»); os ligados à *habituação* («gosto mesmo, não tenho dúvidas, sinto-me aqui bem...»; «habituei-me a isto»; «foi praticamente aqui que nasci»; «sempre vivi aqui»; «para o lugar para onde vou ganho-lhe afeição) e os que estão ligados à *natureza* («porque tem a mata. Este talvez seja um dos pontos principais do Bairro»; «é saudável, parece que estou na terra, os ares são bons»).

Existe uma diferença significativa entre os aspectos valorizados na Musgueira Sul consoante as razões que levaram a população a instalar-se no Bairro. Os entrevistados que escolheram voluntariamente a Musgueira Sul, privilegiam sobretudo os aspectos funcionais (63,2%) e os ligados à natureza (21,1%), enquanto os que percebem a sua vinda para o Bairro como uma imposição privilegiam igualmente os aspectos funcionais (31,6%), mas centram também a sua atenção nos aspectos ligados a questões de habituação (33,3%), à natureza (17,5%) e a outros aspectos não específicos (14%).

Os elementos expostos anteriormente, se precederem o planeamento dos realojamentos, podem

FIGURA 3



assumir particular relevo para que se projecte tendo em vista a aproximação entre o tipo de habitação desejado pelos residentes e as características reais dos alojamentos que serão postos à sua disposição. Como em relação ao traçado arquitectónico e urbanístico do Projecto Geral de Urbanização do Alto do Lumiar esse princípio não foi adoptado, é conveniente saber quais são, face às características desse Projecto, as expectativas dos futuros residentes.

Quando colocados face a um problema de saúde (e.g. uma incapacidade temporária), afectivo (e.g. morte de um parente) ou económico (e.g. necessidade de pagamento de uma conta inesperada), os indivíduos afirmaram que recorreriam em primeiro lugar, e para qualquer uma das três eventualidades, sobretudo a familiares, seguindo-se os vizinhos (ver Quadro VI). Porém, quando colocados face a uma segunda hipóte-

se de recurso, as pessoas que recorreriam a vizinhos têm, percentualmente, um peso superior às que recorreriam a familiares. Estes resultados são expressivos se se recordar que estas questões possibilitavam a escolha de um familiar na primeira e na segunda hipóteses.

Verifica-se igualmente que as categorias «familiares» e «vizinhos» registam sempre uma frequência relativa superior à registada pelos indivíduos que recorreriam a colegas de trabalho, a amigos não residentes no Bairro ou a ninguém.

A situação anteriormente descrita realça a importância da relação entre vizinhos que se manifesta na população entrevistada. Essa relação traduz-se, neste caso, pela existência de redes de suporte, nomeadamente afectivo, económico e físico: redes informais assentes em grupos vivendo em grande proximidade espacial.

QUADRO VI

Redes de relações sociais informais de suporte

	Saúde 1	Saúde 2	Afectivo 1	Afectivo 2	Económico 1	Económico 2
Ninguém	2.8	5.0	5.0	9.2	8.3	12.8
Familiares	58.7	39.0	56.0	36.8	55.6	33.0
Vizinhos da rua	15.6	21.0	13.0	19.8	12.1	15.9
Outros vizinhos do Bairro	4.6	4.0	9.0	3.9	5.6	4.3
Qualquer vizinho	13.8	23.0	9.0	15.8	8.3	19.1
Colegas de trabalho	1.8	4.0	4.0	5.3	4.6	6.4
Amigos fora do Bairro	1.8	4.0	5.0	9.2	5.6	7.4
Outras pessoas	0.9	1.1

Com base na análise de conteúdo das respostas referentes à ocupação de tempos ao fim do dia e ao fim-de-semana observou-se que estas apontam, com frequência, para actividades desenvolvidas no interior do Bairro (ver Quadro VII).

Em relação à Musgueira Sul verificou-se que a actividade profissional é indutora de saídas do Bairro, sobretudo nos homens, durante períodos prolongados (mais de 35 horas semanais). O raio abrangido por essas deslocações para o trabalho é, em 94% dos casos, inferior a 10 km, sendo 89,7% dessas deslocações feitas no interior da cidade de Lisboa.

A *casa* foi o espaço mais frequentemente referido pela população entrevistada como suporte à ocupa-

referências à vida da casa. Esta diferença na ocupação do tempo é uma consequência da diferenciação de papéis exercidos no interior do agregado familiar. Quanto às actividades desenvolvidas *fora de casa* destaca-se o encontro com amigos na rua, no interior do Bairro.

Em relação aos períodos de férias, mais de metade (56,5%) dos respondentes afirmou passar as suas férias na Musgueira Sul, indo às vezes para a praia ou «indo a Lisboa». Esta afirmação, que ouvimos com frequência, sugere que os habitantes da Musgueira Sul identificam o seu Bairro como uma unidade espacial situada à margem da cidade. Essa referência pode ser entendida enquanto indicador de que a Mus-

QUADRO VII

Actividades desenvolvidas ao fim do dia e ao fim-de-semana

			FIM DO DIA		FIM-DE-SEMANA	
			Inverno (%)	Verão (%)	Inverno (%)	Verão (%)
NA MUSGUEIRA	Em casa	Lida da casa	49.5	47.7	39.6	34.2
		Actividades lúdicas	65.8	49.5	62.2	41.4
		Outras	65.8	51.4	62.2	39.6
	Fora de casa	Mata	6.3	8.1	9.9	12.6
		Horta	0.9	0.9	3.6	3.6
		Café	8.1	8.1	1.8	2.7
		Activ. associativa e desportiva	7.2	6.3	12.6	9.0
		Amigos na rua	17.1	23.4	22.5	19.8
		Casa de amigos	3.6	2.7	4.5	2.7
		Casa de família	4.5	2.7	4.5	2.7
FORA DA MUSGUEIRA	Actividades lúdicas	1.8	3.6	23.4	34.2	
	Família	0.9	1.8	16.2	11.7	
	Amigos	•	•	2.7	3.6	
	Outras	7.2	8.1	10.8	15.3	

ção dos seus tempos, logo seguida pela *rua* e pela *mata* (Quinta das Conchas). A expressão que assume as actividades exercidas fora do Bairro ao fim do dia é sempre bastante reduzida para ambos os sexos. Estas deslocações para fora do Bairro passam a ser referenciadas mais frequentemente aos fins-de-semana.

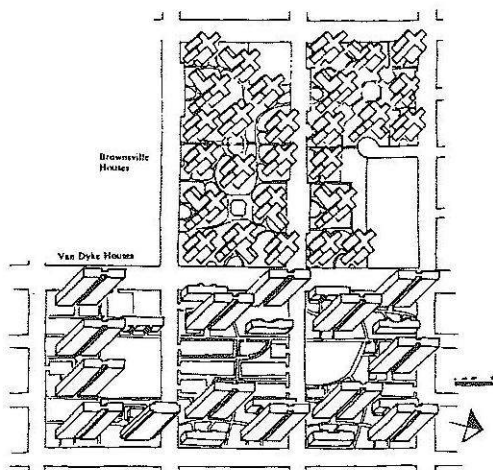
No que respeita às actividades desenvolvidas em *casa*, quer ao fim do dia, quer ao fim-de-semana, destacam-se as referências a actividades lúdicas (ver televisão, ler, ouvir música...) e outras actividades (descansar, tomar conta das crianças...). Nos indivíduos do sexo feminino surgem maioritariamente

gueira Sul é uma comunidade com identidade social própria uma vez que esta é uma das componentes do critério interno para a identificação de um grupo. Cada comunidade é também aquilo que os seus habitantes pensam que ela é.

Os dados relativos à espacialização das actividades permitem identificar igualmente a Musgueira enquanto uma *unidade de vizinhança funcional*, dado o carácter autocentrado das actividades desenvolvidas.

Assim, para o estudo integrado das comunidades a abranger pelo Plano Geral de Urbanização do Alto do Lumiar (PAL) e pelo Plano de Intervenção a

FIGURA 4



Médio Prazo (PIMP) — que contemplam a construção de fogos destinados a realojamento — propomos a análise dos cenários ambientais que caracterizam a sua vivência actual, muito concretamente no que respeita ao estudo das suas redes de relações sociais informais, e chamamos a atenção para que a desestruturação destas mesmas redes através de um realojamento aleatório das famílias, ao promover um movimento de desestruturação social destas

comunidades, pode comprometer o sucesso destas mesmas acções.

Na abordagem ecológica integrada de comunidades há necessidade de se considerarem as implicações resultantes de qualquer mudança (nomeadamente daquelas que resultam de intervenções políticas), quer para o meio ambiente natural, quer para a qualidade de vida das populações humanas. Este requisito metodológico deve ser sempre assegurado, independentemente do problema ou problemas que se investigam, como decorre do objectivo genérico da ecologia social anteriormente citado. A preocupação pela qualidade de vida das populações encontra-se, portanto, na raiz conceptual e metodológica do paradigma ecológico.

A importância dos territórios secundários é posta em evidência por dois casos exemplares: os estudos do arquitecto Oscar Newman sobre os «espaços defensáveis» (Newman, 1973) e o «caso» da urbanização de Pruitt-Igoe (Yancey, 1972).

Oscar Newman (1973) comparou duas urbanizações vizinhas do Estado de Nova Iorque, abrangendo populações semelhantes dos pontos de vista cultural, económico, étnico e demográfico, mas diferindo radicalmente do ponto de vista arquitectónico: a urbanização de Brownsville, composta por edifícios de 3 a 6 pisos, e a urbanização Van Dyke, onde 87%

QUADRO VIII

Estatísticas socio-ambientais das Urbanizações Van Dyke e Brownsville

	Van Dyke	Brownsville
a) SOCIAIS		
População total	6420	5390
Dimensão familiar média	4,0	4,0
N.º de menores	3618 (57,5%)	3047 (57,8%)
% de famílias negras	79,1 %	85,0 %
% de famílias brancas	5,6 %	2,6 %
% de famílias portoriquenhas	15,3 %	12,4 %
Rendimento médio	\$ 4997	\$ 5056
% de famílias separadas	29,5 %	31,7 %
% de desempregados	28,8 %	29,7 %
Tempo médio de residência (anos)	8,5 %	9,0 %
% de famílias com duplo salário	12,2 %	11,0 %
N.º de crianças de 1 a 6 anos	839	904
b) AMBIENTAIS		
Área total	90517 m ²	77598 m ²
N.º de edifícios	23	27
Altura dos edifícios	13-14 e 9-3 andares	6 e 3 andares
N.º médio de quartos por apartamento	4,62	4,69
Densidade	709 pessoas / ha	695 pessoas / ha

FONTE: Newman (1973).

dos edifícios eram torres com 14 pisos (Figura 4), cada qual albergando perto de 6000 pessoas. Pelo Quadro VIII pode verificar-se que existia uma razoável homogeneidade sociológica entre as populações residentes em ambos os projectos.

Na descrição do próprio Oscar Newman,

«as diferenças físicas entre os dois projectos são evidentes mesmo para um observador ocasional. O projecto Van Dyke sugere um projecto grande e monolítico. Os edifícios dominantes são os treze edifícios de 14 pisos, que encobrem as nove estruturas de 3 pisos. Cada edifício de Van Dyke está implantado em independência dos outros, com vastas áreas abertas separando cada uma delas dos edifícios vizinhos. No centro, existe uma grande área aberta, utilizada para parque de recreio e estacionamento de automóveis. Devido ao seu traçado, esta grande área aberta está completamente separada e não relacionada com os edifícios circundantes. Nenhum dos edifícios Van Dyke tem acessos directos para a rua. A entrada requer que os residentes abandonem a rua pública e caminhem por vias laterais que dão acesso a áreas internas do edifício, inacessíveis ao olhar do transeunte. As únicas áreas do projecto que se relacionam um pouco com os edifícios são os pequenos bancos colocados nos canais que medeiam as duplas filas de edifícios. A entrada funcional dos edifícios de 14 pisos é uma pequena porta comum a 112 até 136 famílias. Esta porta está directamente situada fora das vias de acesso, sem gradientes ou traços distintivos indicados pelo traçado dos terrenos fronteiros ao edifício. Dois elevadores lentos transportam as famílias até aos seus pisos de residência; estão colocados em posição directamente oposta à entrada principal dos edifícios, de acordo com as normas municipais, de forma a permitir a vigilância do exterior. Não se tiram todos os proveitos desta medida, todavia, dado que as entradas estão viradas para o interior do edifício, e não para a rua. Cada piso dos edifícios altos é ocupado por 8 famílias. O elevador pára no meio do patamar e os apartamentos distribuem-se para a esquerda e para a direita, num corredor sem outras saídas.

Em contraste, o projecto Brownsville parece mais pequeno, devido à disposição das unidades em conglomerados de edifícios mais pequenos e diversificados. Dir-se-ia que as casas e a maneira como estão situadas no espaço dividem todo o projecto em zonas mais reduzidas e utilizáveis. As áreas livres foram humanizadas através da sua relação com os edifícios residenciais individualizados. As actividades que têm lugar em cada um dos pequenos espaços livres adjacentes a cada edifício tornaram-se uma questão privada dos residentes na vizinhança, que assumem um papel fundamental no controlo e cuidado desses espaços. Todos os residentes e agentes da polícia entrevistados percebem o projecto como mais pequeno do que o Van Dyke. Todos os intrusos, incluindo polícias e os entrevistadores, se sentem menos à vontade na invasão da

privacidade dos residentes de Brownsville, contrariamente à sua atitude em relação à invasão dos corredores interiores no projecto Van Dyke, que se pode classificar de indiferente. Esta ênfase na divisão espacial prolonga-se até ao traçado dos interiores dos edifícios Brownsville. Os edifícios têm 3 ou 6 pisos, com 6 famílias por piso. O patamar está dividido, por uma porta aberta, em dois vestíbulos partilhados por 3 famílias. Nos edifícios de 6 pisos há um elevador que pára nos pisos ímpares, necessitando os residentes em pisos pares descer ou subir um piso pelas escadas comuns. A comunicação vertical entre famílias está assegurada por esta relação entre os elevadores e os apartamentos, bem como pela presença de escadas comuns que ligam os pisos adjacentes.

No nível térreo, existem pequenas escadarias que conduzem a vários apartamentos, permitindo a vigilância das actividades que decorrem nesta pequena entrada. Em todos os pisos, verificou-se que os residentes mantêm vigilância auditiva sobre o que acontece nos patamares, mantendo as portas entreabertas. O próprio traçado dos edifícios permite aos ocupantes estender as suas prerrogativas territoriais até aos patamares dos edifícios, corredores e escadas. As mães de crianças, que permitem aos filhos a liberdade de brincar nos pátios ou nas escadarias, controlam os seus jogos a partir da sua própria casa. Uma simples interrupção dos ruídos emitidos pelas crianças que brincavam levava a que as mães surgissem à porta, com tanta prontidão como um enorme grito o poderia provocar.

Contrariamente, à maioria das crianças na urbanização Van Dyke não é permitido que brinquem nos corredores exteriores aos seus apartamentos. Os patamares dos edifícios Van Dyke são utilizados apenas pela sua função de acesso e não são hospitaleiros para os jogos de fantasia das crianças. Além disso, são demasiadas as famílias que transitam nesses espaços, e as mães não se sentem à vontade para deixar ali as crianças sem vigilância. Pela mesma razão, as mães não deixam as portas entreabertas: demasiadas pessoas, incluindo estranhos e convidados dos vizinhos, vagueiam pelos patamares sem serem controlados ou interrogados. Finalmente, para que as crianças pudessem brincar livremente no seu prédio seria necessário que utilizassem os elevadores ou as escadas de serviço, para transitar de um piso para o outro. Ambas essas áreas são demasiado assustadoras e levariam as crianças para fora da zona de vigilância da mãe e de outros residentes.

A cabina do elevador está fechada por uma pesada porta metálica, que não pode ser aberta manualmente. As escadas de serviço estão desenhadas de modo a isolar hermeticamente os pisos em caso de incêndio. Consequentemente, os ruídos nas escadas não podem ser ouvidos nos patamares ou nos apartamentos. Os criminosos conduzem muitas vezes as suas vítimas para essas áreas, dado que o isolamento acústico e a baixa frequência de utilização levam a que seja quase impossível detectar a ocorrência do crime no próprio momento.

O sentimento de apropriação que é evidente na forma como os locatários de Brownsville usam os seus patamares para vigiar e controlar as crianças e os estranhos parece que é estendido aos terrenos circundantes à entrada dos edifícios. Devido à construção única de cada edifício, estas são áreas térreas mesmo em frente da entrada principal do edifício, onde os pais deixam as crianças brincar à vontade, sem deixar de estar em contacto com elas através das janelas das cozinhas. As entrevistas revelaram que o raio de acção permitido às crianças de Brownsville é superior ao permitido em Van Dyke.

Finalmente, enquanto que as entradas para os edifícios Van Dyke servem 130 famílias, nos edifícios Brownsville existem diversas entradas, cada qual servindo um pequeno número de famílias (9 a 13). Os pátios adjacentes a essas entradas foram desenhados quer para o trânsito de adultos quer para os jogos infantis. Os pais sentem-se confiantes, permitindo aos seus filhos que brinquem nessas zonas claramente circunscritas. Muitas vezes, essas áreas de acesso estão situadas ao lado da via pública, e servem para separar os edifícios da rua, como uma zona intermediária. A colocação das entradas mesmo junto às ruas impede os perigos existentes em Van Dyke: forçar os residentes a caminhar em ocultas vias interiores para acederem aos seus edifícios de residência» (Newman, 1973).

Se nos alongámos nesta extensa citação do texto original de Newman, tal deve-se a duas razões: a primeira, é que seria impossível descrever mais clara e sinteticamente o clima vivido nos dois projectos em

causa, sem cair no plágio ou na escotomização de informação. A segunda, é que é essencial compreender a relação entre os traçados e o clima psicológico para se perceber o Quadro IX, que revela as discrepâncias entre ambos os projectos no que toca à criminalidade e vandalismo reinantes em duas urbanizações sociologicamente homogéneas e separadas uma da outra apenas por uma rua, recordámo-lo.

Torna-se claro, na ausência de outros factores de ordem sociológica ou psicológica que distingam as duas populações, que as diferenças constatadas pela análise do Quadro IX são atribuíveis às próprias características dos traçados dos projectos: Brownsville permite, facilita e encoraja a apropriação secundária dos territórios pela comunidade de vizinhança; Van Dyke impede e inibe essa apropriação. A partir destas e outras observações, Newman desenvolveu o conceito de «espaço defensável», definindo quatro condições para a sua existência: a) a capacidade do ambiente físico criar zonas de influência territorial, como tal percebidas pelos residentes; b) a capacidade do projecto urbano influenciar a percepção de uma identidade colectiva dos residentes; c) a capacidade do projecto proporcionar a acção vigilante dos residentes; d) a justaposição de «zonas de segurança» na área abrangida pelo projecto (e conotação das áreas adjacentes como seguras ou inseguras).

Brown e Altman (1983) vieram em apoio do conceito de Newman, uma década depois, estudando as características globais de 102 residências vítimas de assaltos entre Agosto de 1975 e Fevereiro de 1977 numa comunidade do município de Salt Lake City, em função de um conjunto de indicadores de marcação territorial: barreiras simbólicas (sinais decorrentes de identidade pessoal dos residentes, tais como sebes, painéis, avisos e a própria cor das casas); barreiras materiais (alarmes, fechaduras, cães de guarda); traços (sinais que informam intrusos acerca da presença ou ausência dos residentes ou vizinhos); características de detectabilidade (acessibilidade à residência, posições das árvores e automóveis na rua, intensidade do tráfego, movimento das pessoas); clima social (sinais de cooperação ou comunicação entre vizinhos). De acordo com a tese de Newman, estes elementos são indicadores da defensabilidade comunitária do espaço; a cuidada análise estatística a que Brown e Altman (1983) procederam confirmou que, de facto, a existência de territórios secundários inibe as intrusões (criminosas ou não) por parte de estranhos e a sua ausência facilita essa intrusão.

QUADRO IX

Incidência de crimes e estatísticas das manutenções das urbanizações Van Dyke e Brownsville

	Van Dyke (Construída em 1955)	Brownsville (Construída em 1947)
a) CRIMES		
Total de incidentes	1189	790
Desordens públicas	432	264
Assaltos	92	24
Violências contra as pessoas	52	28
b) MANUTENÇÃO		
N.º de requisições de obras de manutenção	3301	2376
N.º de obras de manutenção c/ exclusão de substituição de vidros	2643	1651
N.º de obras (excluindo vidraceiro) / unidade	1.47	1.16
N.º de avarias dos elevadores por mês	280	110

FONTE: Newman (1973).

Sendo a incidência de actos criminosos contra bens e pessoas proporcional à dimensão dos espaços urbanos (em termos relativos, isto é: número de crimes por 100.000 habitantes, por exemplo; cf. Soczka, 1984a), é muito mais elevada no meio urbano do que nas comunidades rurais, torna-se claro que o risco de desviância criminosa ou de vitimização em relação ao crime é por excelência um dos riscos do urbanita. Os estudos de Newman e as confirmações posteriores feitas por outros autores sublinham a importância das redes sociais locais na prevenção desse risco, e a sua relação directa com o próprio desenho do espaço construído.

Um outro exemplo flagrante é o do famoso caso da urbanização de Pruitt-Igoe, nos arredores de St. Louis, Missouri. Esta urbanização consistia num conjunto de 43 modernos edifícios de onze pisos totalizando 2762 fogos, e foi inaugurada em 1954. Os fogos destinavam-se a famílias de fracos recursos económicos, provenientes de áreas degradadas da cidade. A urbanização foi de tal forma considerada como bem concebida que lhe foram atribuídos prémios arquitectónicos (Holahan, 1982).

Para surpresa geral, Pruitt-Igoe rapidamente se tornou num autêntico inferno, com uma subida em flecha de actos de vandalismo contra pessoas e bens, e crescentes sentimentos de medo e infelicidade por parte dos residentes. Em 1972, menos de vinte anos depois da sua inauguração, todo o conjunto urbanístico, premiado como modelar, teve como único destino possível o ser arrasado por implosão, em consequência de uma drástica decisão da municipalidade, dada a insustentabilidade da situação no bairro. O conjunto urbanístico de Pruitt-Igoe tornou-se de facto um caso exemplar, mas não certamente no sentido em que os arquitectos que o conceberam, e os outros que o premiaram, o pretenderam. É exemplar porque demonstra de forma perfeita a falência de uma visão do projecto urbano totalmente desinserida das componentes psicológicas e sociológicas. Como o sublinhou o sociólogo William Yancey (1972), que cuidadosamente estudou este bairro: «*Pruitt-Igoe representa no seu projecto arquitectónico um exemplo extremo de uma política nacional de habitação cujo único objectivo é proporcionar casas baratas para famílias sem recursos, com desconhecimento ou menosprezo pelo desenvolvimento de uma comunidade e da sua vizinhança*». Perante os casos apresentados por Newman e perante o premiado caso de Pruitt-Igoe, acrescentaríamos à já longa lista de fac-

tores de risco dos meios urbanos, a ignorância dos próprios responsáveis pelo planeamento urbano.

Que aconteceu, afinal, em Pruitt-Igoe? O desastre ecológico que essa urbanização «modelar» veio a representar para os seus habitantes não é entendível sem se ter em conta as características da população que foi desalojada de áreas urbanas degradadas para os novos espaços residenciais. Essa massa populacional provinha de bairros pobres mas, à semelhança de Bethnal Green, caracterizadas por uma complexa teia de relações sociais locais que se prolongavam transgeracionalmente. A vida nos seus «slums» de origem era rica do ponto de vista social, e o arraigamento local assentava numa rede de relações funcionais e afectivas que permitiam o sentimento de pertença e de identidade dos residentes. As ruas, as lojas locais, as transacções sociais informais entre vizinhos — tudo isso contribuía para a constituição de uma vida em microcultura com apropriação secundária do território, enquanto prolongamentos não apenas simbólicos da vida familiar nos respectivos espaços primários. A nova urbanização de Pruitt-Igoe veio destruir essas redes locais, e a própria concepção urbanística do novo espaço residencial não era de molde a proporcionar a construção colectiva de espaços de vizinhança. Pruitt-Igoe apenas oferecia como alternativa espaços habitacionais melhores do que os anteriores do ponto de vista material, mas reduzia a vida do bairro a dois espaços limites, como no caso Van Dyke: o território primário, a casa de cada qual, e o anónimo espaço terciário que é a via pública. Como o faz notar Yancey (1972), «*o projecto arquitectónico de Pruitt-Igoe teve um efeito atomizador nas redes sociais informais frequentemente encontráveis nas comunidades de vizinhança pobres. Sem poder proporcionar espaços semipúblicos em que essas redes informais se pudessem desenvolver, as famílias retiraram-se para as estruturas internas dos seus apartamentos e não encontraram o apoio social, a protecção e o controlo social informal patente noutras comunidades de vizinhança dos estratos mais baixos*».

Já acima demos exemplos de estudos que revelam claramente o carácter de classe das modalidades de constituição das redes sociais informais no espaço urbano. Correndo o risco de repetição, sublinharemos com insistência este ponto: nas classes sociais económico-culturalmente dominantes, as relações sociais estabelecem-se o mais das vezes através de critérios de afinidade cultural ou ideológica, que

transvasam os limites geográficos estreitos do local de residência. As redes sociais de um engenheiro ou de um médico podem estender-se muito para lá do bairro de residência, e incluir inclusivamente manchas espaciais com muitos quilómetros de raio. Um advogado da Portela pode ignorar os seus vizinhos do mesmo prédio e encontrar-se regularmente com os seus melhores amigos que vivem em Belém ou em Ociras, porque todos jogam «bridge» e apreciam os mesmos manjares no restaurante «João Padeiro» de Cascais. Ao fim e ao cabo, são 30 ou 40 minutos de viagem em automóvel, e o prazer da companhia ultrapassa o eventual incómodo da deslocação. Nos bairros pobres, a proximidade da vizinhança dita com muito maior peso as relações quotidianas, e as territorialidades secundárias são muito mais marcadas do que nos bairros burgueses.

As descrições feitas por psicólogos e sociólogos que durante anos tentaram entender o que havia de errado com Pruitt-Igoe são unânimes na narração de um quadro de anomia e desenraizamento da população moradora, que não conseguia viver o bairro como um espaço a ser colectivamente gerido. As preocupações dos residentes concentravam-se no medo generalizado de ser assaltado, espancado, violado, e ninguém entrava ou saía de suas casas após o anoitecer (Rainwater, 1966). Nos vinte anos de duração desse infernal projecto «modelar», uma nova geração nasceu e cresceu num meio anómico, tendo como única alternativa ao espaço primário — as ruas. As ruas, que a população oriunda dos bairros degradados conheceu como uma extensão das suas próprias casas, e como local privilegiado para as quotidianas transacções sociais com a vizinhança e marcadas pela identidade colectiva — mais não eram em Pruitt-Igoe do que o espaço do vandalismo e da delinquência de «gangs» de adolescentes, esses sim, púrricos senhores do território e fortemente territoriais na delimitação das suas fronteiras em relação aos bandos rivais. Em substituição do controlo informal pela comunidade de vizinhos, apenas um único controlo alternativo: o policial. Mais de 90% dos residentes em Pruitt-Igoe apenas ofereciam como solução para o seu bairro um incremento da vigilância policial (Yancey, 1972). Mas a espiral de violência entre as forças policiais e a delinquência implantada no terreno não teria fim, não fora a drástica resolução adoptada pelas autoridades — a completa destruição desse bairro premiado como exemplar pelos técnicos das ciências da construção. Pruitt-Igoe era, do ponto

de vista do modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner, um cenário ambiental certamente muito mais subdesenvolvido do que os pobres bairros degradados de origem da população para aí transplantada.

E é nos riscos urbanos para o desenvolvimento infantil que concentraremos a atenção no final deste trabalho. Se entendermos o desenvolvimento numa perspectiva ampla e longitudinal, abrangendo a totalidade do ciclo de vida, é evidente que muitos dos aspectos acima focados — consequência da sobrepopulação e da densidade, desenraizamento cultural, estruturas urbanas inibidoras do estabelecimento de redes sociais informais, promotoras da ausência de territórios secundários e da geração de anomia e isolamento social — constituem factores de risco para o desenvolvimento humano.

Defendemos, todavia, no Cap. 2, que existem fases do desenvolvimento humano cujo ritmo acelerado torna as pessoas mais vulneráveis aos efeitos benéficos ou nefastos das transacções sociais e ambientais. A literatura psicológica mais recente refere-se com insistência ao conceito de «risco no desenvolvimento». Como sublinharam Bairrão e Felgueiras (1978), *«inicialmente, a noção de criança em risco foi quase exclusivamente usada no campo da Pediatria, assentando nos factores de risco pré, peri e post-natais, especialmente de carácter bio-fisiológico. Tal noção foi depois alargada a outras áreas e a outros tipos de factores: psicológicos, psiquiátricos, socioculturais, escolares, etc.. Entendemos que a noção de criança em risco se liga directamente com o estudo da adaptação e suas modalidades, em particular a adaptação escolar e, conseqüentemente, com os factores determinantes da inadaptação. A ênfase que hoje lhe é dada está provavelmente em ligação com a importância que progressivamente tem vindo a ser reconhecida à acção preventiva, para a qual a detecção precoce de alterações no desenvolvimento da criança ou de certos factores de inadaptação é indispensável»*.

Evidentemente, esta definição de risco em termos de capacidades adaptativas põe-nos perante o sério problema dos critérios a seguir para considerar o que é a adaptação. À primeira vista, a adaptação abrange todos os processos psicobiológicos que optimizam a probabilidade de sucesso de um organismo em relação às oportunidades e exigências de um determinado sistema ecológico. A adaptação é portanto relativa às oportunidades e exigências do meio, por um lado, e

relativa também aos critérios utilizados para definir o que são os objectivos vitais do organismo em questão, com vista à decisão sobre qual o seu grau de sucesso ou insucesso em função dessas metas. Sociobiologicamente, isto é, do ponto de vista de uma teoria integrada neodarwista da evolução, a questão parece não oferecer problemas de maior: o objectivo de um organismo é maximizar as probabilidades de transmissão viável do seu material genético, sendo adaptativos todos os processos fisiológicos e comportamentais tendentes a maximizar essas probabilidades. Essa lei «hard» da evolução é dificilmente transponível para o complexo plano das culturas humanas, onde nos movemos no nível do «soft» — os objectivos a atingir variam em função dos modelos culturais, a adaptação é regida por critérios multidimensionais em resposta à própria multidimensionalidade dos cenários ambientais e das suas exigências. A própria adaptação infantil ao meio escolar é função das características psicossociais moldadas nas fases de desenvolvimento anteriores e situa-se muitas vezes no terreno dos conflitos de modelos entre o «sistema» oficial e as peculiaridades socioculturais do cenário de origem da criança. Os critérios de sucesso ou insucesso pautam-se, muito frequentemente, pela regra de dominância de um modelo cultural maioritário em relação às minorias subculturais. E é nesse sentido, e apenas nesse sentido, que adoptemos aqui a expressão «em risco» aplicada às crianças ditas «culturalmente desfavorecidas».

Sucede com o desenvolvimento infantil o mesmo que constatámos em relação aos estudos correlacionais que associam variáveis como a densidade populacional a manifestações patológicas: a acumulação interdependente de uma multiplicidade de factores que não são isoláveis facilmente, isto é, que se interpenetram em relações de influência recíproca e constituem um complexo conglomerado de agentes causais dos comportamentos observados. Em relação a esta interconexão causal, utilizaram Bairrão (1977, 1983), Bairrão e Felgueiras (1978) e Lima (1986) o conceito de processo de acúmulo. Os bairros pobres são uma fonte produtora de desajustamentos sociais, cognitivos e emocionais nas crianças que neles medram, mas é difícil falarmos de uma causa única — a pobreza não é uma «causa» em si, mas uma aglomeração de factores concomitantes que se estendem das parcas condições habitacionais, à subnutrição, à ausência de cuidados primários de saúde e higiene, à constituição de modelos subculturais específicos que

vêm a dificultar o confronto com as normas das culturas dominantes, ao analfabetismo, às modalidades de socialização precoce, etc..

Como lembra Kellaghan (1977), «a pobreza é uma condição que aparentemente sempre existiu, mas assume novas dimensões numa sociedade urbana industrializada. Na moderna sociedade, o contraste entre a carência de bens materiais e a abundância torna-se mais pronunciado; além disso, num cenário industrial, os pobres carecem dos recursos básicos e do controlo que teriam num meio rural, mesmo num nível de subsistência mínimo». O mosaico urbano, com a sua alocação espacial de subculturas em confronto, torna mais salientes as características de subespeciação dos urbanitas, não deixando de exercer violência sobre os grupos culturalmente minoritários ou socioeconomicamente mais débeis. A cidade aglomera geograficamente núcleos de pobreza e subdesenvolvimento cultural, produtores de crianças em risco de inadaptação não só às exigências culturais dominantes, mas deficitárias nas aquisições básicas que colocam crianças oriundas de áreas urbanas (e correlativos estratos sociais) mais favorecidas em lugar de vantagem à partida, no que toca ao desenvolvimento de capacidades (sociais, emocionais e cognitivas) que lhes permitem o sucesso escolar e social.

As condições habitacionais lacunares de infra-estruturas básicas, a dimensão familiar, a densidade intraresidencial e os estilos de socialização (particularmente na interacção precoce mãe-criança) parecem ser factores relevantemente associados a um mau prognóstico na adaptação escolar (Bronfenbrenner e Crouter, 1983; West e Farrington, 1973; Curtis e Blatchford, 1984). Todavia, na medida em que a essas condições estão normalmente associadas outras variáveis, tais como a pobreza económica, as deficiências educacionais dos pais (vide o completo analfabetismo, como no caso da Musgueira), etc., torna-se difícil proceder a atribuições causais simples, e mais uma vez somos remetidos para a noção de que todos esses factores, altamente multicolineares, se conglomeram num «processo de acúmulo» complexo. Os códigos de linguagem específicos às subculturas da pobreza, constituem também um óbice à adaptação escolar e pré-escolar das crianças oriundas desses meios.

A linguagem medeia a socialização, e nem sequer em teoria todos temos acesso aos mesmos níveis de elaboração e registo linguísticos. O sistema oficial

educativo corre múltiplas vezes o risco de optar entre a selecção violenta, a nível escolar, e o diálogo de surdos entre representantes de subculturas urbanas com discrepâncias linguísticas tremendas. «Particularmente manifesta nos primeiros anos da escolaridade, em que a compreensão e o manejo da língua constituem o ponto de aplicação capital do julgamento dos mestres, a influência do capital linguístico não cessa nunca de se estabelecer: o estilo é sempre tomado em conta, implícita ou explicitamente, a todos os níveis do curso e, se bem que a graus diversos, em todas as carreiras universitárias, mesmo científicas. Mais, a língua não é somente um instrumento de comunicação, mas fornece, por outro lado, um vocabulário mais ou menos rico, um sistema de categorias mais ou menos complexo, de modo que a aptidão para decifrar ou manipular estruturas complexas, quer elas sejam lógicas ou estéticas, depende, por um lado, da complexidade da língua transmitida pela família. Segue-se, logicamente, que a mortalidade escolar não pode crescer senão à medida que se vai em direcção às classes mais afastadas da língua escolar, e também numa população que é fruto da selecção. A desigualdade da selecção tende a reduzir progressivamente, e por vezes a anular, os efeitos da desigualdade perante a selecção: de facto só a selecção diferencial segundo a origem social e, em particular, a sobreselecção dos estudantes de origem popular, permite explicar sistematicamente todas as variações de competência linguística em função da classe social de origem. É, em particular, a anulação ou a inversão da relação directa (observável a níveis menos elevados do cursus) entre a posse dum capital cultural e o grau de sucesso» (Bourdieu e Passeron, 1978). Não é impunemente que das populares telenovelas brasileiras se faz chacota dizendo que elas se limitam a um vocabulário de 500 palavras — enquanto um adulto educado inclui entre 3000 a 5000 palavras no seu vocabulário. É esse o preço assumido pelos produtores das novelas com vista a atingir um imenso público iletrado — esforço que não é visível nos critérios formais de avaliação escolar oficiais. A desvantagem cultural das crianças dos bairros pobres começa por ser uma desvantagem no controlo linguístico suposto necessário ao sucesso escolar (Hess e Shipman, 1965; Bernstein, 1971; Curtis e Blatchford, 1984; Pereira e Martins, 1978; François, 1978).

As análises lapidárias de Salvado Sampaio (1978) sobre a história e o desenvolvimento do sistema escolar em Portugal permitiram-lhe demonstrar que a taxa

de insucesso escolar primário em 1969-1970 se cifrava em 30,9% e 14,6% em 1975-76, a nível global, e afirmar que este sistema escolar primário português «visava de facto ao insucesso, que atinge sobretudo as crianças das classes trabalhadoras».

O cenário ambiental residencial é um factor de extrema relevância no processo de socialização infantil. A casa é uma fonte de transacções físicas e sociais entre a criança e as suas envolventes físicas e humanas, que assume especial acuidade como factor promotor ou inibidor do desenvolvimento em fases precoces, sobretudo pré-escolares. A própria estrutura física do cenário caseiro e as suas condições estruturais determinam em grande medida as modalidades de transacção entre a criança e o meio (físico e humano); evidentemente, não se pode deixar de crer que o papel fundamental nesta questão é desempenhado pelos factores humanos. Mas não é difícil entrever que os comportamentos dos adultos em relação à criança se fundem em longa escala com as possibilidades materiais do quadro caseiro. As hipóteses contidas no modelo de Bronfenbrenner, sobre a contribuição do grau de riqueza e complexidade das interacções diádicas e n-ádicas no sistema familiar para o desenvolvimento infantil são amplamente confirmadas por uma multiplicidade de estudos e observações realizados com animais e com humanos (Meyers, 1971; Parke, 1977). A estimulação linguística, táctil e cinestésica da criança pela mãe em fases muito precoces (o primeiro ano de vida) tem consequências relevantes para o seu desenvolvimento cognitivo-emocional, para a aquisição de aptidões sociais, para o desenvolvimento da linguagem e da motricidade fina, da capacidade de resolver problemas abstractos, e até para a construção e permanência do objecto. Estudos transculturais demonstram-no em culturas africanas, que proporcionam, até muito tarde essa estimulação à criança (Konner, 1977; cf. Parke, 1978), em contraste com estudos realizados com crianças europeias institucionalizadas e privadas em fases precoces (Brossard e Décarie, 1968). Wachs (1976) demonstrou que a estimulação precoce da linguagem (entre os 18 e os 24 meses) pela mãe é um factor de relevo no prognóstico do desenvolvimento cognitivo da criança.

Mas também as características do meio físico caseiro assumem importância. Pastalan (1970) demonstrou a importância para a criança de possuir um território privado no espaço familiar, e Parke (1978) faz notar que «as famílias organizam os seus ambien-

tes caseiros e esses padrões de organização que contribuem para regular as interações sociais entre os membros da família vão sendo alterados à medida que a criança se desenvolve». Referimo-nos acima à existência de territórios primários dentro de territórios primários — é justamente esse o caso de todas as organizações familiares. No território primário que é a casa de cada qual, existem subterritórios, que se podem estender desde áreas como o quarto privado até a uma simples gaveta ou prateleira num espaço comum, ou a cadeira favorita que assume uma coloração de «lugar cativo». Estudando a organização territorial intra-residencial em 45 famílias habitando pequenos apartamentos económicos de três assoalhadas (dois quartos e uma sala comum num total de 65 m²), em Israel, Sebba e Churchman (1983) demonstraram com elegância que as crianças (cinco anos de idade, em média) são os membros da família mais sensíveis, categóricos e rígidos na delimitação dos seus territórios privados, como o demonstra o Quadro X, que nos dá a percentagem de respostas à questão «Sente que tem um sítio só seu em sua casa?». É verificável, igualmente, que esse sentimento territorial é função da experiência de partilha do mesmo espaço.

Os trabalhos de etologia infantil de Hubert Montagner demonstram que mesmo em áreas não residenciais, como os infantários, se verifica a necessidade básica para a criança se isolar em espaços privados. Montagner dirigiu a concepção de um infantário modelo em Besançon, Alsácia, em que entre as inúmeras inovações se contavam nichos tubulares que permitiam às crianças que o desejassem isolar-se por períodos de duração variável, em relação às actividades conjuntas dos seus companheiros (3 a 5 anos). Todas as crianças se retiravam espontaneamente, de quando em quando, para os seus nichos, aí repousando ou adormecendo, longe do espaço interaccional com as restantes crianças. Este precoce imperativo de privacidade tende a desenvolver-se com a idade (Wolfe, 1978), atingindo o seu máximo na adolescência. A

possibilidade de privacidade espacial é fundamental no desenvolvimento da autonomia infantil e construção da identidade da criança, que tem de aprender a escolher os momentos de separação em relação aos adultos e companheiros que com ela compartilham o cenário ambiental caseiro, pré-escolar ou escolar.

Ao longo do estudo realizado pela Equipa de Ecologia Social do LNEC junto de populações de áreas degradadas e bairros de lata de Lisboa, tivemos oportunidade de constatar a associação entre as condições habitacionais e o comportamento escolar das crianças e adolescentes. Os resultados apontam para que, na Musgueira Norte (um bairro de lata albergando 5000 pessoas distribuídas por 880 barracas, 72 pré-fabricados e 304 apartamentos em prédios de habitação social), o sucesso escolar encontra-se estreitamente relacionado com o tipo de alojamento (Soczka et al., 1985, 1986, 1987a): na faixa etária 7-15 anos, são analfabetos 15,6% dos residentes em barracas e 6,8% dos residentes em apartamentos ($\chi^2 = 14.2$; $p < 0.001$).

Relativamente à frequência do primário constata-se que até aos dez anos exactos há uma percentagem de frequências superior ($\chi^2 = 2.9$; $p < 0.05$) nos residentes dos apartamentos, o que deixa de acontecer a partir dessa idade, passando a percentagem de frequências dos residentes em barracas a ser ligeiramente superior ($\chi^2 = 2.9$; $p < 0.01$). Tal traduz uma melhor situação para as residentes dos apartamentos, na medida em que o decréscimo de frequências no primário a partir dos dez anos provoca uma percentagem superior de frequências no preparatório ($\chi^2 = 19.8$; $p < 0.001$).

No secundário a frequência dos que habitam os apartamentos é duas vezes superior à encontrada nas barracas.

A análise evidencia uma clara melhoria de situação para os residentes em apartamentos, já que estes têm frequências superiores e abandonos inferiores em todos os níveis de instrução, do que os residentes em barracas.

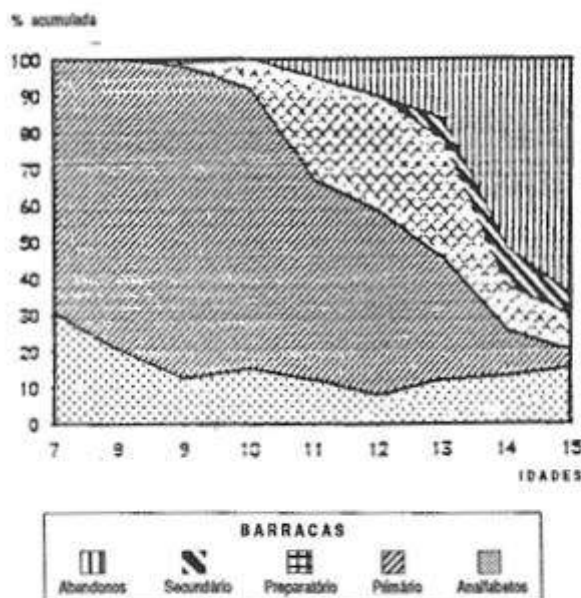
QUADRO X

	CRIANÇAS			PAIS	
	Uma num quarto	Duas num quarto	Três num quarto	Mãe	Paí
Toda a casa é minha	0.0 %	9.3 %	0.0 %	20.0 %	31.1 %
Parte da casa é só minha	100.0 %	38.9 %	16,7 %	53.3 %	22.2 %
Não tenho um lugar só meu cá em casa	0.0 %	51.8 %	83.3 %	26.7 %	46.7 %

De notar que as famílias residentes nos apartamentos são ex-residentes nas barracas, e as análises diferenciais efectuadas permitem considerá-las sociologicamente homogêneas em relação à restante população da Musgueira Norte. Sendo porventura

FIGURA 5

População residente, em barracas, 7-15 anos, segundo as frequências e abandonos (em %) nos diferentes níveis de instrução



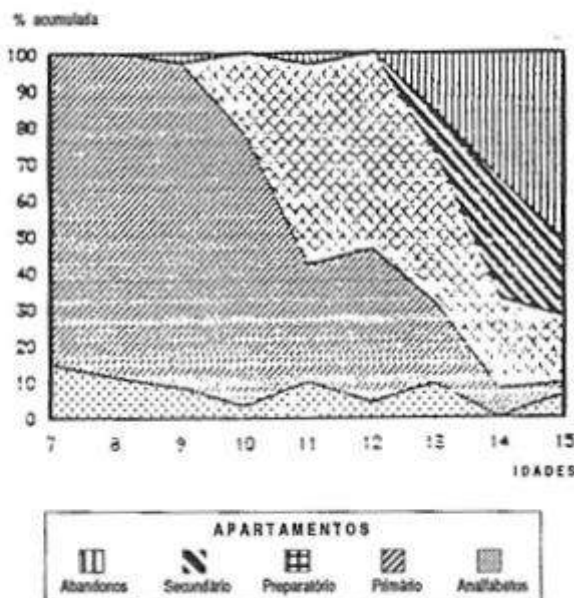
imprudente a inferência de um efeito *directo* das condições habitacionais sobre o sucesso escolar, pode-se todavia afirmar a existência de pelo menos efeitos indirectos, que se traduzem nos estilos de relação social, na utilização dos espaços, nas identidades sociais, nos processos de socialização e na dinâmica familiar das crianças vivendo em barracas ou apartamentos.

Se se comparar a situação registada em 1981 com a que foi observada em 1987, constata-se uma ligeira melhoria no que respeita à taxa de analfabetismo: em 1981, na Musgueira Sul 19,9% dos homens e 31,2% das mulheres eram analfabetos; em 1987, esses valores decaíram para 14,3% e 24,8%, respectivamente. Se bem que estes números continuem a ser bastante elevados quando comparados às taxas do concelho de Lisboa (4,6% dos homens e 13,2% das mulheres, em 1981), o que é facto que em ambos os sexos se verifica um decréscimo de aproximadamente 6% na taxa de analfabetismo.

Todavia, estes ganhos não são homogêneos na população da Musgueira Sul: em relação ao sexo masculino, no grupo etário dos 10 aos 19 anos, o analfabetismo é praticamente erradicado entre 1981 e 1987: de 7,8% para 0,6%; no grupo etário adulto

FIGURA 6

População residente, em apartamentos, 7-15 anos, segundo as frequências e abandonos (em %) nos diferentes níveis de instrução



(20-59), verifica-se um decréscimo de 7,3% (de 19,7% em 1981 para 12,4% em 1987). No grupo etário dos idosos (60 e mais anos), todavia, não se registam praticamente alterações na taxa de analfabetismo (-1,7%: de 58,6% em 1981 para 56,9% em 1987).

Como se verifica no Quadro XI, a situação é praticamente semelhante no que respeita ao sexo feminino; no grupo etário dos 10 aos 19 anos o analfabetismo é praticamente erradicado, na população adulta dos 20 aos 50 anos verifica-se um decréscimo

QUADRO XI
Analfabetos (%)

	HOMENS			MULHERES		
	1981	1987	Δ	1981	1987	Δ
10 - 19	7.8	0.6	-7.2	6.3	0.8	- 5.5
20 - 59	19.7	12.4	-7.3	33.0	21.3	-11.7
60 +	58.6	56.9	-1.7	79.8	78.4	- 1.4

de 11,7% e nas mulheres idosas não se verificam praticamente alterações na gigantesca proporção de analfabetas (78,4% em 1987).

De notar que por *analfabetos* se entendem aqui os indivíduos que não chegam sequer a frequentar o ensino primário. Tal não significa que a situação real no que toca a uma escolarização eficaz seja testemunhada por aqueles valores. A análise do comportamento da população em idade escolar, na Musgueira Sul, revela-nos um panorama deveras grave no que respeita aos aproveitamentos escolares no ensino primário.

Uma análise de coortes geracionais das crianças nascidas entre 1970 e 1974 permite apurar os seguintes valores:

- para o período considerado, apenas 34% a 36% dos rapazes, e 27% a 37% das raparigas obtêm aproveitamento no ensino primário ao longo dos 4 anos de escolaridade primária, sem nunca reprovarem;
- entre 51% a 55% dos alunos do sexo masculino e 45% a 61% das alunas, reprovam duas ou mais vezes no ensino primário;
- entre 24% a 32% dos rapazes abandonam a escola na 1.ª fase (19% a 27% nas raparigas);
- na 2.ª fase do ensino primário, registam-se, nos rapazes, entre 10% a 14% de *abandonos definitivos* da escola (6% a 23% na população feminina).

Se considerarmos que um abandono definitivo da escola, na 1.ª fase da instrução primária, corresponde na prática a um analfabetismo funcional, facilmente se constata que aos valores acima descritos para o analfabetismo por ausência total de escolaridade, se devem acrescer os abandonos da escola no 1.º ou 2.º anos da 1.ª fase do ensino primário — o que nos remete para taxas de analfabetismo da ordem dos 25% a 33% nos rapazes e 20% a 28% nas raparigas em idade escolar.

No período considerado, só 56% a 62% dos rapazes e 55% a 67% das raparigas, terminam com sucesso a instrução primária, o que revela uma taxa muito baixa de aproveitamento para o conjunto do ensino primário.

Relativamente ao grupo etário 10-14 anos, verifica-se que 45,4% dos rapazes e 39,4% das raparigas ainda frequentam, o ensino primário; 34,4% dos rapazes frequentam o ensino preparatório (35,1% nas raparigas); apenas 13% dos rapazes e 14% das raparigas frequentam o ensino secundário unificado.

Concentrando a atenção no grupo etário 15-19 anos, verifica-se que em 1987 apenas 12,1% dos

rapazes e 14,6% das raparigas têm como habilitações o ensino preparatório completo. Quanto ao escalão educacional seguinte, ou seja o curso secundário unificado, verifica-se que neste grupo etário só 15,3% dos rapazes e 16,7% das raparigas o completaram.

Este *comportamento escolar* das crianças e adolescentes da Musgueira Sul só ganha inteligibilidade quando *contextualizado*, isto é: lido à luz da dinâmica específica da comunidade urbana que o gera, num processo dialéctico complexo com a sociedade global em que essa comunidade se insere. Surge, então, não como mais um indicador a incluir na análise parcelar de um dado sistema de ensino, mas como um revelador/analizador de algo que, incluindo embora a escola, em muito a transcende: a ecologia social particular da própria Musgueira Sul.

A abordagem multidimensional e integrada da complexidade e especificidade dos fenómenos urbanos pressupõe um *processo colectivo e interactivo dos diferentes agentes* nela implicados, seja por razões meramente científicas, técnicas ou políticas.

Cada vez mais a interesses exclusivamente ligados à investigação se justapõem necessidades de intervenção manifestando-se quanto à resolução de problemas, numa perspectiva de inovação e promoção de mudança. Os trabalhos de investigação assumem cada vez mais um carácter de *investigação na e pela acção*, tornando-se, assim, *processos complexos de compatibilização dos diferentes objectivos a atingir pelos diferentes agentes neles implicados*. Os objectivos, ou metas, a atingir pelos diferentes agentes decorrem do posicionamento específico de cada um deles relativamente ao objecto em análise e a compatibilização desses objectivos decorre da perspectiva com que cada um desses agentes se posiciona em relação aos outros.

Torna-se impossível prosseguir uma abordagem integrada do objecto em análise se não se estabelecer um *diálogo consequente* entre os diferentes intervenientes, *sem esquecer as próprias populações alvo desses projectos de intervenção*. Atente-se: diálogo consequente, porque este processo, colectivo e complexo, implica *uma dinâmica de interdependências entre as acções desenvolvidas aos diferentes níveis por estes agentes*.

Esta dinâmica de interdependências não pode pôr em causa, evidentemente, a autonomia de acção e exclui todas as tentativas de ingerências ou imposição de objectivos a atingir por parte de qualquer um dos agentes em relação aos outros. Pressupõe sobretudo

FIGURA 7

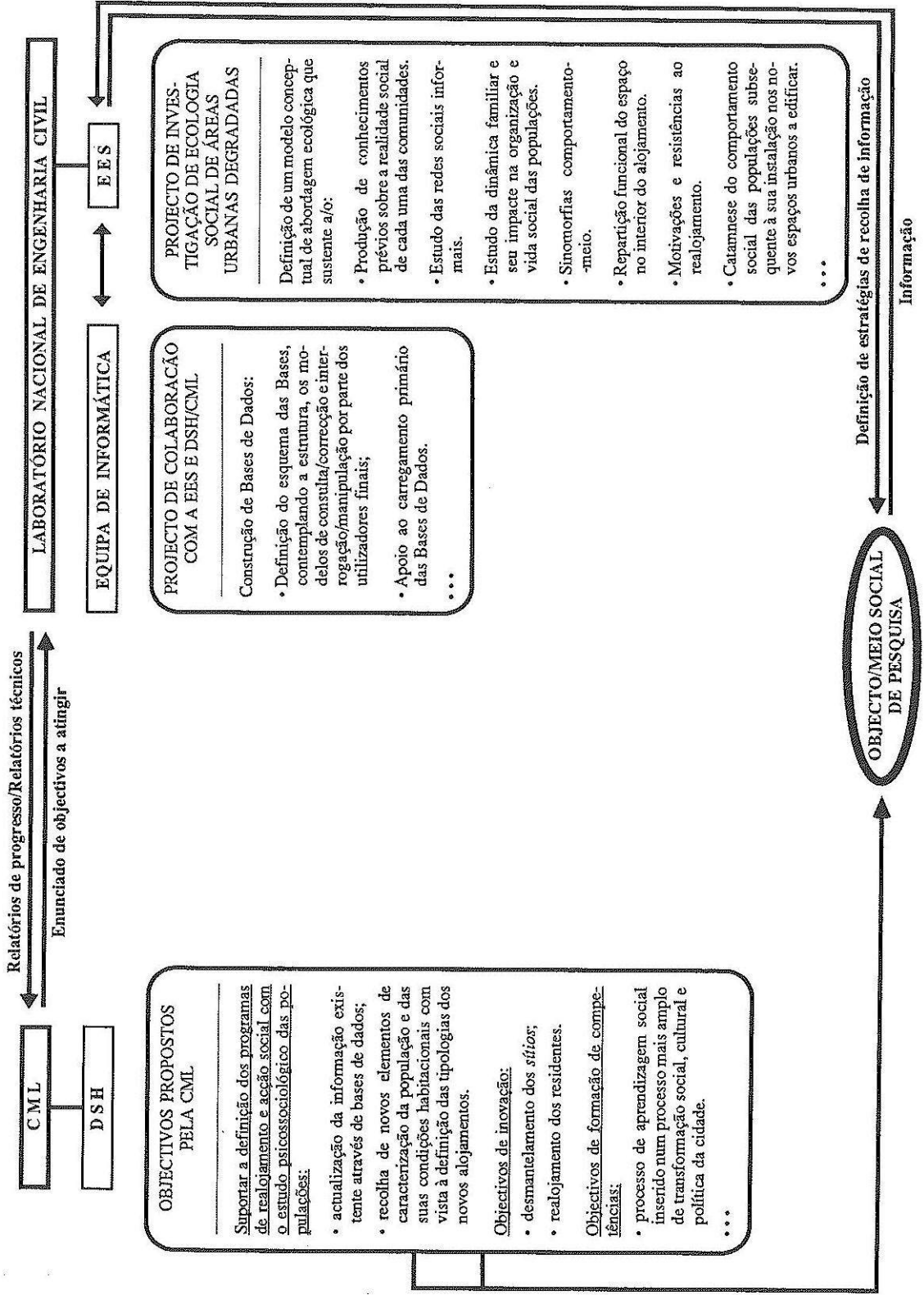
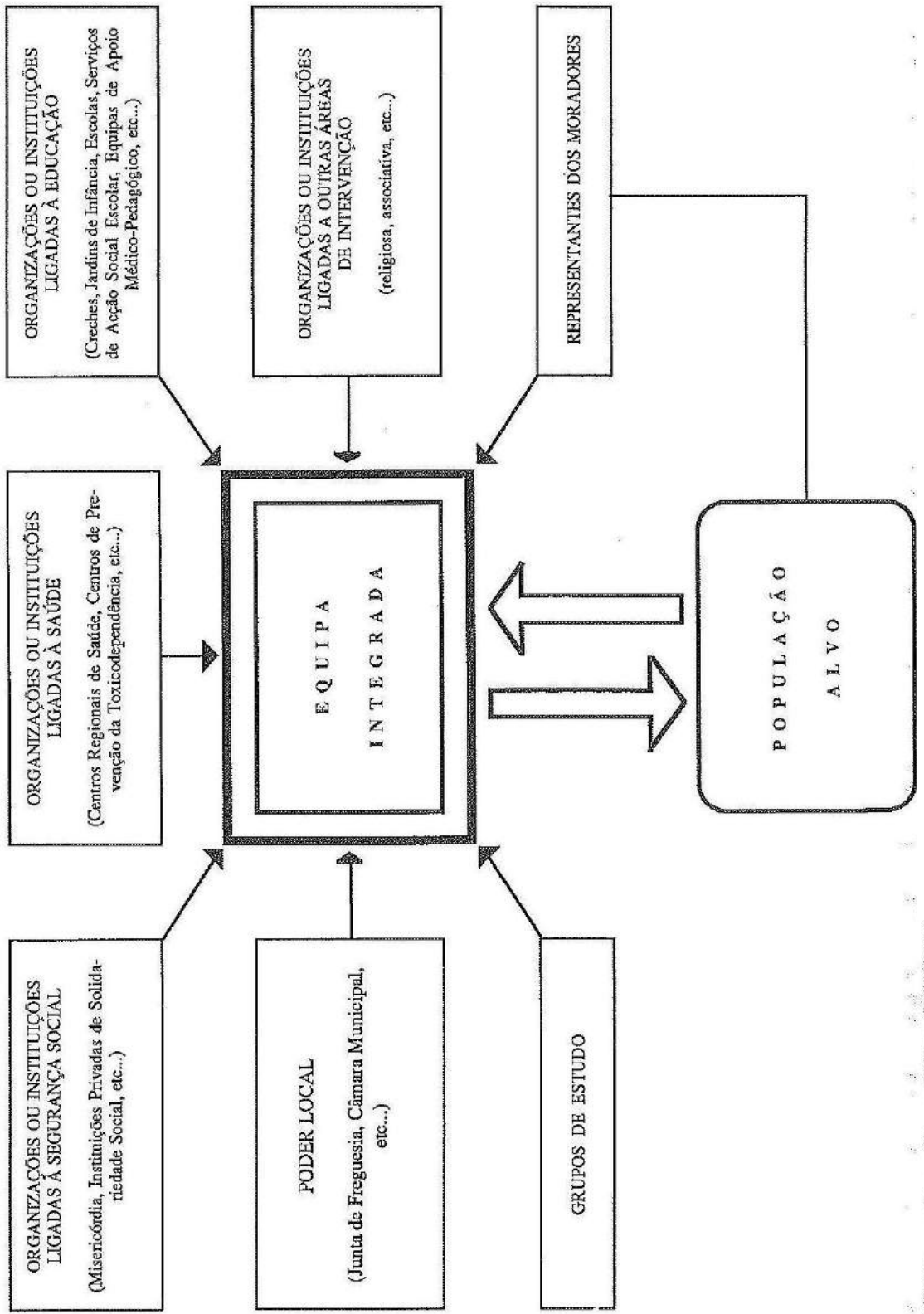


FIGURA 8



uma forma integrada de trabalho que passa fundamentalmente pela *funcionalidade dos circuitos de informação* entre os diferentes agentes implicados, assim como pela *coordenação conjunta das diferentes acções* a levar a efeito.

A não concretização destes pressupostos pode comprometer o sucesso de qualquer proposta, por mais bem intencionada e inovadora que seja, de abordagem multidimensional e integrada dos fenómenos.

A estratégia de colaboração que actualmente o Grupo de Ecologia Social mantém com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), e muito especificamente com a Direcção dos Serviços de Habitação (DSH), relativamente à abordagem das áreas a abranger pelo PAL e pelo PIMP, pretende enquadrar-se precisamente ao nível de *uma investigação na e pela acção* (ver Figura 7).

Pode-se, no entanto, situar esta estratégia de colaboração como um primeiro passo (ao nível do levantamento de informação relativamente a estes meios sociais) para a definição de estratégias de intervenção sobre estas áreas. Assim, seria possível complexificar muito mais este esquema enquadrando todas as outras instituições, organizações ou grupos, que tomem estas áreas como seu objecto de estudo ou acção ou que dele façam parte, numa estratégia colectiva e integrada de abordagem destas comunidades (ver Figura 8).

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, I. (1975) — *Environment and Social Behaviour: privacy, personal space, territory and crowding*. Brooks/Cole, Monterrey.
- ALTMAN, I. (1976) — «Environmental psychology and social psychology», *Personality and Social Psychology Bulletin*, 2:196-113.
- ALTMAN, I. (1978) — «Crowding: historical and contemporary trends in crowding research», in A. Baum e Y. M. Epstein (Eds.), *Human Response to Crowding*, Lawrence Erlbaum, N.Y..
- ALTMAN, I.; VINSEL, A. M. (1977) — «Personal space: an analysis of E. T. Hall's Proxemics framework», in I. Altman e J. F. Wohlwill (Eds.), *Human Behaviour and Environment*.
- BAIRRÃO, J. (1977) — *La Paresse en Question*, Tese de Doutoramento de 3.º ciclo em Psicologia, Université de Paris - Nanterre.
- BAIRRÃO, J. (1983) — *Relatório de curso no Instituto de Educação da Universidade de Londres* (não publicado).
- BAIRRÃO, J.; FELGUEIRAS, I. (1978) — «Contribuição para o estudo das crianças em risco», *Análise Psicológica*, 4:31-40.
- BAXTER, J. (1970) — «Interpersonal spacing in natural settings», *Sociometry*, 33:444-456.
- BEARD, R.; GRANDSTAFF, N. (1970) — «Carbon monoxide exposure and cerebral function», *Ann. New York Acad. of Sciences*, 174:385-395.
- BELLET, S.; ROMAN, L.; KOSTIS, J. (1969) — «The effect of automobile driving on catecholamine and adrenocortical excretion», *Am. J. Cardiology*, 24:365-368.
- BERNSTEIN, B. (1971) — *Class, Codes and Control: Theoretical Studies Towards a Sociology of Language*, Routledge and Kegan Paul, London.
- BRONFENBRENNER, U. (1979) — *The ecology of human development*, Harvard Univ. Press.
- BRONFENBRENNER, U.; CROUTER (1983) — «The evolution of environmental models in developmental research», in P. Mussen, *Handbook of Child Psychology*, vol. I, Wiley, N.Y..
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. (1980) — *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Vega, Lisboa.
- BRANTINGHAM, P.; BRANTINGHAM, P. J. (1981) — «Notes on the geometry of crime», in P. Brantingham, e P. J. Brantingham (Eds.), *Environmental Criminology*, Sage, Beverly Hills.
- BROSSARD, L. M.; DÉCARIE, T. G. (1968) — «Comparative reinforcing effect of eight stimulations on the smiling response of infants», *J. Child Psychol. Psych.*, 9:51-59.
- BROWN, B.; ALTMAN, I. (1983) — «Territoriality, defensible space and residential burglary: an environmental analysis», *J. Envir. Psychology*, 3:203-220.
- CAMPBELL, D. T. (1983) — «The two distinct routes beyond kin selection to Ultrasociality: implications for the Humanities and Social Sciences», in D. L. Bridgeman (Ed.), *The Nature of Prosocial Development*, Acad. Press, N.Y..
- CARRUTHERS, M. (1976) — «Biochemical responses to environmental stress», in G. A. Harrison e J. B. Gibson (Eds.), *Man in Urban Environments*, Oxford University Press.
- CHANDLER, T.; FOX, G. (1974) — *3000 Years of Urban Growth*, Academic Press, N.Y..
- CHRISTIAN, J. (1961) — «Phenomena associated with population density», *Proc. Nat. Acad. Science*, 47:428-449.

- CHRISTIAN, J.; DAVIS, D. (1964) — «Endocrines, behaviour and population», *Science*, 146:1550-1560.
- COMFORT, A. (1974) — «The likelihood of human pheromones», in M. C. Birch (Ed.), *Pheromones*, North-Holland/Elsevier, N.Y..
- CURTIS, A.; BLATCHFORD, P. (1984) — *Meeting the Needs of Socially Handicapped Children*, NFER, Windsor.
- DARWIN, C. (1872) — *The Expression of Emotions in Animals and Man*, Appleton, London.
- DAVIDSON, R. (1981) — *Crime and Environment*, Croom Helm, London.
- DAVIE, M. R.; REEVES, R. J. (1939) — «Propinquity in residence before marriage», *Am. J. Sociology*, 44:510-517.
- DAVIS, K. A. (1972) — *World Urbanization 1950-1970*, I.L.S., Berkeley.
- DEEWY, E. S. (1960) — «The hare and the harespex: a cautionary tale», *Amer. Scientist*, 48:415-429.
- DEUTSCH, M.; COLLINS, M. E. (1957) — *Interracial Housing*, University of Minneapolis Press, Minneapolis.
- DUBOS, R. (1965) — *Man adapting*, Yale University Press, New Haven.
- DUBOS, R. (1968) — *So Human an Animal*, Scribners, N.Y..
- DUNSTAN, J. (1979) — «The effect of crowding on behaviour: empirical measures for testing theoretical models», *Urban Studies*, 16(3):299-308.
- EBBESSEN, E. B.; KJOS, G. L.; KONECZKI, V. J. (1976) — «Spatial ecology: its effects on the choice of friends and enemies», *J. Exp. Soc. Psychol.*, 12:505-518.
- ECKMAN, P.; FRIESEN, W. V. (1978) — *The Facial Action Coding System*, Consulting Psych. Press, Palo Alto.
- EIBL-EIBESFELDT, I. (1976) *Amor e Ódio*, Bertrand, Lisboa.
- EPSTEIN, Y. M. (1982) — «Crowding stress and human behaviour», in G. W. Evans (Ed.), *Environmental Stress*, Cambridge University Press.
- ERIKSON, E. (1971) — «Ontogénie de la ritualisation chez l'homme», in J. Huxley (Ed.), *Le Comportement rituel chez l'homme et l'animal*, Gallimard, Paris.
- EVANS, G. W. (1978) — «Crowding and the developmental process», in A. Baum e Y. M. Epstein (Eds.), *Human Responses to Crowding*, Lawrence Erlbaum, N. Y..
- FARIS, E. L.; DUNHAM, H. W. (1939) — *Mental Disorders in Urban Areas*, University of Chicago Press.
- FESTINGER, L.; SCHACTER, S.; BACK, K. (1950) — *Social pressures in informal groups*, Stanford University Press.
- FISCHER, C. S. (1975) — «Toward a subcultural theory of urbanism», *Amer. J. Sociology*, 80:1319-1341.
- FISCHER, C. S. (1976) — *The Urban Experience*, Harcourt Brace Inc., N.Y..
- FISCHER, C. S. (1977) — *Networks and Places*, Freeman, N.Y..
- FRANKENHAEUSER, M. (1971) — «Experimental approaches to the study of human behaviour as related to neuroendocrine functions», in L. Levi (Ed.), *Society, stress and disease*, Oxford University Press.
- FRIED, M.; GLEICHER, P. (1961) — «Some sources of residential satisfaction in an Urban Slum», *J. Am. Inst. of Planners*.
- GANS, H. J. (1962) — *The Urban Villagers*, Free Press, N.Y..
- GASPAR, J. (1979) — *Portugal em Mapas e Números*, Livros Horizonte, Lisboa.
- GIRÃO, A. (1958) — *Atlas de Portugal*, 2.^a edição, I.E.G., Coimbra.
- GODINHO, V. M. (1971) — *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, Lisboa.
- GOECKNER, D. J.; GREENOUGH, W. T.; MEAD, W. R. (1973) — «Deficits in learning tasks following chronic overcrowding in Rats», *J. Pers. Soc. Psychol.*, 28:256-261.
- IZARD, C. (1980) — *Human Emotions*, Plenum Press, N.Y..
- HALL, E. T. (1966) — *The Hidden Dimension*, Doubleday & Co, N.Y..
- HALLMAN, H. W. (1984) — *Neighborhood: their place in Urban life*, Sage, Beverley Hills.
- HANNERZ, U. (1969) — *Soulside inquiries into Ghetto Culture and Community*, Columbia University Press, N.Y..
- HARRISON, P. (1977) — «Major urban areas», in *Atlas of Australian Resources*, Australian Government Public Service, Canberra.
- HEDIGER, H. (1950) — *Wild Animals in Captivity*, Butterworths, London.
- HESS, R. D.; SHIPMAN, V. C. (1965) — «Early experience and the socialization of cognitive modes in children», *Child Develop.*, 36:869-886.
- HILDRETH, A. M.; DEROGATIS, L. R.; McCUSTER, K. (1972) — «Body buffer zone and violence: a reassessment and confirmation», *Amer. J. Psychology*, 127:77-81.

- HOLAHAN, C. J. (1982) — *Environmental Psychology*, Random House, N.Y..
- HOROWITZ, M. Z. (1968) — «Spatial behaviour and psychopathology», *J. Nerv. Ment. Disease*, 146:24-35.
- HORVATH, S.; DAHMS, T.; O'HANLON, J. (1971) — «Carbon monoxide and human vigilance», *Archives of Environmental Health*, 23:343-347.
- KALT, N. C.; ZALKIND, S. (Ed.) (1976) — *Urban Problems: psychological inquiries*, Oxford University Press.
- KELLAGHAN, T. (1977) — *The Evaluation of an Intervention Programme for Disadvantaged Children*, NFER, Windsor.
- KELLER, S. (1968) — *The Urban neighborhood*, Random House, N.Y..
- KONNER, M. (1977) — «Infancy among the Kalahari Desert San», in P. H. Leiderman, S. R. Tulkin e A. Rosenfeld (Eds.), *Culture and Infancy*, Academic Press, N.Y..
- LAPLANTINE, F. (1973) — *L'Ethnopsychiatrie*, Ed. Universitaires, Paris; trad. port. *Etnopsiquiatria*, Vega, Lisboa, 1978.
- LATANE, B.; DARLEY, J. (1969) — «Bystander apathy», *Amer. Scientist*, 57:244-268.
- LEIGHTON, P. C.; HARDING, J. S.; MACKLIN, D. B.; MACMILLAN, A. M.; LEIGHTON, A. H. (1963) — *The Character of Danger*, MacMillan, N.Y..
- LEVI, L.; ANDERSSON, L. (1975) — *Psychosocial Stress: population, environment and quality of life*, Spectrum, N.Y..
- LEYENS, J. P. (1979) — *Psicologia Social*, Edições 70, Lisboa.
- LEWIS, O. (1952) — «Urbanization without breakdown», *Scient. Monthly*, 75:31-41.
- LIMA, I. P. A. (1986) — *Formas de Avaliação e Intervenção Precoce — Uma introdução ao estudo das crianças em risco educacional*, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- LLOYD, J. A. (1975) — «Social structure and reproduction in two freely-growing populations of house mice (*Mus Musculus*)», *Anim. Beh.*, 23:413-424.
- LLOYD, J. A.; CHRISTIAN, J. J. (1969) — «Reproductive activity of individual females in three experimental freely growing populations of house mice (*Mus musculus*)», *J. Mammalogy*, 50:49-59.
- LORENZ, K. (1973) — *Der Acht Todsunden der Zivilisierten Menschheit*, Piper Verlag, Munchen; trad. franc., *Les huit péchés capitaux de notre civilisation*, Flammarion, Paris.
- MAGUIRE, L. (1983) — *Understanding social networks*, Sage, Beverley Hills.
- MAISONNEUVE, J. (1966) — *Psycho-Sociologie des Affinités*, PUF, Paris.
- MARQUES, A. H. O. (1976) — *História de Portugal*, vol. II, Palas Editores, Lisboa.
- MARSDEN, H. M. (1972) — «Crowding and animal behavior», in J. F. Wohlwill e D. H. Carson (Eds.), *Environment and the Social Sciences*, A.P.A.; Washington, D.C..
- MARTINEAU, W. H. (1977) — «Informal ties among urban black Americans: some new data and a review of the problems», *J. Black Studies*, 8:83-104.
- MCCARTHY, D.; SAEGERT, S. (1978) — «Residential density, social overload and social withdrawal», *Human Ecology*.
- MERTON, R. K. (1951) — «Social psychology of Housing», in D. Dennis (Ed.), *Current trends in Social Psychology*, University of Pittsburgh Press.
- MEYERS, B. (1971) — «Early experience and problem-solving behavior», in H. Moltz (Ed.), *Ontogeny of Vertebrate Behavior*, Academic Press, N.Y..
- MILGRAM, S. (1970) — «The experience of living in cities», *Science*, 167:1461-1468.
- MITCHELL, R. E. (1971) — «Some social implications of high housing density», *American Sociol. Review*, 36:18-29.
- MONOSEVITZ, M. (1970) — «Early environmental enrichment and mouse behaviour», *J. of Comp. and Physiol. Psychology*, 71:459-466.
- MOOS, R. H. (1976) — *The human context: environmental determinants of behavior*, Wiley, N.Y..
- MROSOVSKY, N.; SHERRY, D. F. (1980) — «Animal anorexias», *Science*, 207:837-842.
- NEWMAN, O. (1973) — «Defensible space: crime prevention through urban design», *Ekistics*, 36:325-332.
- NEWMAN, P.; HOGAN, T. (1981) — «A review of urban density models: toward a resolution of the conflict between populace and planner», *Human Ecology*, 9:269-303.
- PARKE, R. D. (1977) — «Children's Home Environments: social and cognitive effects», in I. Altman e J. Wohlwill (Eds.), *Human Behavior and Environment*, vol. 3, Plenum Press, N.Y..
- PARKE, R. D. (1978) — «Perspectives on Father-Infant interaction», in J. D. Osofsky (Ed.), *Handbook of Infant Development*, Wiley, N.Y..
- PASTALAN, L. A. (1970) — «Privacy as an expression of human territoriality», in L. A. Pastalan e D. H. Carson (Eds.), *Spatial Behavior of older people*, University of Michigan.

- PEREIRA, F.; MARTINS, M. A. (1978) — «Introdução», *Análise Psicológica*, 2:5-10.
- PICKARD, J. P. (1967) — *Dimensions of Metropolitanism*, Urban Land Institute Monograph, Washington, D.C..
- RAINWATER, L. (1966) — «Fear and the house-as-haven in the lower class», *J. Am. Inst. of Planners*, 32:23-31.
- RAMSEY, J. (1970) — «Oxygen reduction and reaction time in hypoxic and normal drivers», *Arch. Environ. Health*, 20:597-601.
- RAPOPORT, A. (1975) — «Toward a redefinition of density», *Environ. and Behavior*, 7(2):133-159.
- ROPARTZ, P. (1966) — «Contribution à l'étude du déterminisme d'un effet de groupe chez les souris», *C. R. Acad. Sc. Paris*, 262:2070-2072.
- ROPARTZ, P. (1968) — «Le rôle de l'olfaction dans le comportement social des souris mâles», *Rev. Comp. Animal*, 2:1-39.
- ROSENZWEIG, M. R.; BENNETT, E. L.; DIAMOND, M. C. (1976) — «Brain changes in response to experience», in R. F. Thompson (Ed.), *Progress in Psychobiology*, Freeman, S. Francisco.
- SADLEIR, R. M. F. S. (1969) — *The Ecology and Reproduction of Wild and Domestic Mammals*, Methuen, London.
- SAMPAIO, J. S. (1978) — «Insucesso escolar e obrigatoriedade escolar em Portugal», *Anal. Psicol.* 2:9-22.
- SAMPAIO, D.; GAMEIRO, J. (1985) — *Terapia Familiar*, Afrontamento, Porto.
- SCHUTZ, A. (1970) — *On Phenomenology and Social Relations*, H. Wagner (Ed.), University of Chicago Press.
- SHEBBA, R.; CHURCHMAN, A. (1983) — «Territories and territoriality in the home», *Environ. and Behav.*, 15:191-210.
- SOCZKA, L. (1973) — *La Phylogénèse des Communications chez les Primates*, Université Louis-Pasteur, Strasbourg.
- SOCZKA, L. (1980) — «A perspectiva ecológica em Psicologia», *Psicologia*, 1:11-36.
- SOCZKA, L. (1983a) — *Annoyability, Noise Annoyance and Personality*, Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology, Ravello, in LNEC, Mem. 601, Lisboa.
- SOCZKA, L. (1983b) — *SOPOL: Estudo factorial de um questionário de atitudes sociopolíticas*, ITI 22, LNEC, Lisboa.
- SOCZKA, L. (1984a) — *Espaço urbano e comportamentos agressivos: da Etologia à Psicologia Ambiental*, ITI 37, LNEC, Lisboa.
- SOCZKA, L. (1984b) — *Etologia Social e Sociometria*, Tese de Doutoramento em Ciências Biomédicas, Universidade do Porto.
- SOCZKA, L.; BOAVIDA, E.; MACHADO, P.; PEREIRA, A. (1985) — *Ecologia Social da Musgueira — I*, ITI, LNEC, Lisboa.
- SOCZKA, L.; MACHADO, P.; BOAVIDA, E.; FREITAS, M. J.; PEREIRA, A. (1987) — *Ecologia Social da Musgueira — II. Metodologia da construção de um questionário de aplicação em larga escala para estudo das redes sociais, dinâmica familiar e espaços e tempos de acção na Musgueira Sul*, ITI 73, LNEC, Lisboa.
- SOCZKA, L.; PEREIRA, A.; MACHADO, P.; BOAVIDA, E. (1988) — «Children of Musgueira», in D. Canter, J. Jesuino, L. Soczka e G. Stephenson, *Environmental Social Psychology*, Kluwer Academic Press, London.
- SOMMER, R. (1969) — *Personal space: The behavioral basis of design*, Prentice Hall, N.Y..
- SOUTHWICK, C. H. (1958) — «Population characteristics of house mice living in English corn ricks: density relationships», *Proc. Zool. Soc. London*, 131:163-175.
- STOKOLS, D. (1972) — «On the distinction between density and crowding: some implications for future research», *Psychol. Review*, 79:275-278.
- TIMMS, D. (1971) — *The Urban Mosaic — towards a theory of residential differentiation*, Cambridge University Press.
- VALA, J. (1986) — «Sobre as Representações Sociais — para uma epistemologia do senso comum», *Cadernos de Ciências Sociais*, Abril:5-30.
- VIEIRA, A. B. (1979) — *Etologia e Psiquiatria*, Tese de Doutoramento em Medicina, Universidade de Lisboa.
- VIEIRA, A. B. (1982) — «A gramática do comportamento na relação médico-doente», *Psicologia*, 3:219-228.
- VIEIRA, A. B. (1983) — *Etologia e Ciências Humanas*, INCM, Lisboa.
- VIEIRA, A. L. (1978) — «Noções operatórias sobre Cidade e População Rural», *Revista de Hist. Econ. e Social*, 1:105-128.
- VON VEXKULL, J. (1921) — *Streifzuge und die Umwelten von Tieren und Menschen — Bedeutungslehre*, Rowohlt Verlag, Hamburg; trad. franc. *Mondes Animaux et Monde Humain*, Gallimard, Paris, 1956.
- YANCEY, W. (1972) — «Architecture, Interaction and Social Control: the case of a large-scale housing project», in J. F. Wohlwill e D. Carson (Eds.), *Environment and the Social Sciences: perspectives and applications*, Amer. Psych. Assoc., Washington D.C..

RESUMO

O presente trabalho debate o problema da experiência humana das contingências impostas e propostas aos urbanitas pelo espaço construído que os envolve, que molda as suas vivências e que por eles é também moldado. Fenómenos tradicionalmente apontados como factores de risco psicológico para os habitantes das cidades (tais como a sobre-densidade populacional, a massificação, o estilhaçamento dos laços sociais directos, a normalização cultural, a habitação em altura ou a sobrecarga de estímulos) são analisados e discutidos, numa perspectiva de relativismo subcultural. São discutidos igualmente diversos aspectos ligados aos impactes de formas arquitectónicas residenciais no comportamento residencial dos residentes, e são apresentados dados sobre os impactes de condições ecológicas verificáveis em áreas urbanas degradadas nos comportamentos e vivências de pessoas aí residentes.

ABSTRACT

This work discusses the affordances of urban built spaces, which shapes urbanites experiences while being shaped by them, as well. The author also discusses critically the phenomena traditionally perceived as major factors contributing to psychological risk (such as crowding and density, massification, the breakdown of direct social ties, cultural standardization, high-rising buildings or stimuli overload). Several aspects of the impact of residential structures on the social behavior are also discussed, and the author presents some results on the human impact of ecological conditions existing in slums and other unplanned settings.

- YOUNG, M.; WILMOTT, P. (1957) — *Family and Kinship in East London*, Routledge & Kegan Paul, London.
- WACHS, T. (1976) — «Utilization of a Piagetian approach in the investigation of early experience effects: a research strategy and some illustrative data», *Merrill-Palmer Quarterly*, 22:11-30.
- WATSON, O.; GRAVES, T. (1966) — «Quantitative research in proxemic behavior», *American Anthrop.*, 68:971-985.
- WELLMAN, B. (1976) — *Urban Connections*, University of Toronto, Centre for Urban and Community Studies, Research Paper 84, Toronto.
- WEST, D. J.; FARRINGTON, D. P. (1973) — *Who becomes delinquent? Second Report of Cambridge Study in Development*, Heinemann, London.
- WILLIAMS, J. L. (1971) — «Personal space and its relation to extraversion-introversion», *Canadian Journal of Behavioral Science*, 3:156-160.
- WILSON, R. A. (1971) — «Anomie in the Ghetto: a study of neighborhood type, race and anomie», *Am. J. Sociology*, 77:66-68.
- WIRTH, L. (1928) — *The Ghetto*, University of Chicago Press.
- WIRTH, L. (1938) — «Urbanism as a way of life», *A. J. Sociology*, 44:3-24.
- WOHLWILL, J. (1974) — «Human adaption to levels of environmental stimulation», *Human Ecology*, 2:127-147.